

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PIMES- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA – COMÉRCIO EXTERIOR

ILMAR POLARY PEREIRA

**“FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O
CASO DA INDÚSTRIA DE SÃO LUÍS-MA”**

Orientadores:

Prof. Roberto Alves de Lima

Prof. Tarcisio Patrício de Araújo

SÃO LUÍS – MA
2003

ILMAR POLARY PEREIRA

**“FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
O CASO DA INDÚSTRIA DE SÃO LUÍS-MA”**

Dissertação ofertada ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFPE, elaborada pelo aluno Ilmar Polary Pereira, para avaliação final de curso e obtenção do grau de mestre em Economia - Comércio Exterior.

Orientadores:

Prof. Roberto Alves de Lima
Prof. Tarcisio Patrício de Araújo

São Luís-MA
2003

ILMAR POLARY PEREIRA

**“FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
O CASO DA INDÚSTRIA DE SÃO LUÍS-MA”**

Dissertação ofertada ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFPE, elaborada pelo aluno Ilmar Polary Pereira, para avaliação final de curso e obtenção do grau de mestre em Economia - Comércio Exterior.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Alves de Lima (orientador)
Doutor em Economia
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Tarcísio Patrício de Araújo (orientador)
Doutor em Economia
Universidade Federal de Pernambuco

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL DO ALUNO ILMAR POLARY PEREIRA REALIZADA NO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO EM VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E TRÊS.

Aos vinte e dois do mês de novembro de dois mil e três, às catorze horas e trinta minutos, na sala C - 8 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública teve início a defesa de Dissertação em Economia intitulada "Formação de Mão-de-Obra e Desenvolvimento Econômico: O Caso da Indústria de São Luis - MA" do aluno Ilmar Polary Pereira o qual já havia preenchido anteriormente, todas as demais condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Economia. A Banca Examinadora aprovada em vinte e cinco de setembro de 2003 na Comissão Permanente do PIMES - Pós-Graduação em Economia da UFPE e homologada pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPE/UFPE, conforme processo nº 23076.012870/2003 - 02, será constituída pelos seguintes professores: Prof. Roberto Alves Lima - (Orientador); Prof. Tarcísio Patrício de Araújo (Examinador Interno); Prof. Antônio Lisboa Teles da Rosa (Examinador Externo - CAEN/UFPE); Prof. João Policarpo Rodrigues de Lima (Suplente Interno); Prof. Guerino Edécio da Silva Filho (Suplente, Externo/UFPE). O Professor Roberto Alves, na qualidade de Orientador do Mestrando presidiu os trabalhos e após as apresentações formais convidou o candidato a fazer uma exposição sucinta do seu trabalho, das dificuldades que enfrentou, da experiência adquirida no campo da pesquisa científica e das perspectivas que julga encontrar em suas atividades futuras. Após a exposição do candidato deu-se início a arguição, por parte da Banca. Cada examinador teve no máximo vinte minutos para

sua arguição, concedendo-se ao candidato tempo igual de resposta. Finda arguição, a Banca Examinadora deliberou em reunião secreta sobre as menções atribuídas à Dissertação. Em seguida foram anunciadas publicamente as menções obtidas pelo candidato:

Prof. Roberto Alves: APROVADO
Prof. Tarcísio Araújo: APROVADO
Prof. Antônio Lisboa: APROVADO
E para constar lavrei a presente ata, a qual será assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora e pelo examinando. Recife, vinte e dois de novembro de dois mil e três.

Prof. Roberto Alves: R. A. Lima
Prof. Tarcísio Araújo: T. Patrício de Araújo
Prof. Antônio Lisboa: Antônio Lisboa
Ilmar Polary: Ilmar Polary
Patrícia Alves: Patrícia Alves

Proferido e julgado
Em 20.11.2003
Prof. Roberto Alves
Prof. Tarcísio Araújo
Prof. Antônio Lisboa
Ilmar Polary
Patrícia Alves

20/11/2003
14h30min
Banca Examinadora
UFPE

“Se pudermos saber onde estamos e algo sobre como chegamos neste ponto, poderíamos ver nossa tendência – e fazer mudanças no momento certo, se os resultados que se colocassem naturalmente em nosso caminho forem inaceitáveis”.

Abraham Lincoln

AGRADECIMENTOS

Aos colegas de curso de mestrado, onde predominou o espírito de companheirismo amigável e de crescimento profissional mútuo.

À Francisca Ferraro, pelo eficiente desempenho e senso de humor nas atividades de normalização técnica deste trabalho.

Ao Mestre José Ribamar Pinheiro Franco, professor e colega de trabalho da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, que com profissionalismo fez o dimensionamento da amostra e tratamento estatístico dos dados coletados na pesquisa de campo.

À minha secretária Maryluce Lima Bayma, pela competência, comprometimento profissional e colaboração incondicional nas atividades de organização, digitação e arquivo geral.

Aos meus Orientadores da UFPE Professores Tarcísio Patrício de Araújo e Roberto Alves de Lima pelas valiosas sugestões e grandes contribuições para o êxito final do trabalho e ao Professor Olímpio José Arroxelas Galvão pela orientação inicial e empenho para a realização do referido Mestrado.

À Instituição UNICEUMA, que viabilizou a oferta do mestrado em parceria com a UFPE, cumprindo assim um importante feito de sua missão e ao Coordenador de Pós-Graduação Professor José Antonio pelo intercâmbio de interação com a UFPE.

Meu Filho Bruno Polary e ao Adm. e amigo Júlio César.

A Deus, pela existência e força inspiradora das minhas realizações pessoais-profissionais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	PIB por trabalhador e participação da mão-de-obra no emprego remunerado não agrícola.....	22
Figura 2	Acumulação de capital físico e humano e crescimento do PIB por trabalhador.....	24
Figura 3	Distribuição dos empregados por funções exercidas nas indústrias pesquisadas.....	69
Figura 4	Percentual de indústrias segundo outros idiomas necessários ao desempenho muito bom.....	74
Figura 5	Número de indústrias que necessitam melhorar seu desempenho por área(s) segundo o(s) nível (is) de trabalho.	75
Figura 6	Nível de qualificação em que se encontra a mão-de-obra nas indústrias, atualmente, segundo a(s) área(s).	78
Figura 7	- Número de indústrias com nível(is) de qualificação a melhorar e bom em que se encontra a mão-de-obra por níveis de trabalho, segundo a(s) área(s).	78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Pressupostos básicos das projeções.....	28
TABELA 2	Brasil – evolução das 45 ocupações profissionais que mais ganharam postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações	36
TABELA 3	Brasil – evolução das 45 ocupações profissionais que mais perderam postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações	38
TABELA 4	Brasil – estrutura da educação profissional.....	41
TABELA 5	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, segundo as Regiões e os Municípios – Maranhão.....	50
TABELA 6	Distribuição do número de indústrias, universo e amostra, segundo o gênero.....	68
TABELA 7	Distribuição do número de indústrias pesquisadas, segundo o tamanho..	70
TABELA 8	Distribuição Número de Indústrias pesquisadas, por nível de instrução da mão-de-obra necessário ao desempenho muito bom, segundo área de trabalho.....	71
TABELA 9	Distribuição do número de Indústrias pesquisadas, por nível de experiência da mão-de-obra necessário o desempenho muito bom, segundo área de trabalho.....	72
TABELA 10	Distribuição do número de Indústrias pesquisadas, por nível de outros conhecimentos necessário o desempenho muito bom, segundo área de trabalho.....	73
TABELA 11	Área (s) de trabalho que a Indústria necessita melhorar o desempenho..	75
TABELA 12	Área (s) e Nível(is) de trabalho que a(s) Indústria(s) necessita(m) melhorar o desempenho.....	75
TABELA 13	Nível de Qualificação em que se encontra a mão-de-obra nas indústrias, atualmente, segundo a (s) Área (s).....	78
TABELA 14	Número de Indústrias com Nível (is) de Qualificação a Melhorar e Bom em que se encontra a mão-de-obra por Níveis de Trabalho, segundo a(s) Área (s).....	78
TABELA 15	Número de indústrias pesquisadas por qualificação da mão-de-obra para	

	atender bem o mercado e enfrentar a competitividade do setor em São Luís e outros mercados a nível Nacional e Internacional.....	79
TABELA 16	Número de indústrias pesquisadas por posição de expansão e retração nos últimos 10 anos.....	80
TABELA 17	Número de indústrias pesquisadas por possíveis causas de expansão.....	81
TABELA 18	Números de indústrias pesquisadas que mais se expandiram por ramos de atividade.....	81
TABELA 19	Indústrias pesquisadas que mais se retraíram, por ramos de atividade...	81
TABELA 20	Número de indústrias pesquisadas que se retraíram por possíveis causas.....	81
TABELA 21	Número de indústrias pesquisadas que se tornaram mais competitivas face à melhoria da mão-de-obra, por níveis de trabalho e Áreas.....	82
TABELA 22	Número de indústrias pesquisadas que se tornaram menos competitivas por ausência / ineficiência de mão-de-obra qualificada por níveis de trabalho, segundo a Área(s).....	82
TABELA 23	Número de indústrias pesquisadas, por opinião quanto uma melhor qualificação da mão-de-obra para o desenvolvimento econômico do setor.....	83
TABELA 24	Número de indústrias pesquisadas, por níveis de desempenho quanto a melhor qualificação da mão-de-obra, segundo a área de trabalho.....	84
TABELA 25	Distribuição do número de indústrias pesquisadas, por nível de desempenho quanto aos programas de qualificação da mão-de-obra prioritários para melhoria da eficiência e competitividade, segundo área de trabalho.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Brasil: taxas médias anuais de variação do PIB por períodos de tempo selecionados, 1820/99.....	30
Gráfico 2	Brasil: evolução da participação da renda nacional na renda mundial, 1890-1999.....	31
Gráfico 3	Brasil: evolução da relação de renda per capita nacional em relação à renda per capita do centro capitalista, 1890-1999.....	32
Gráfico 4	Brasil: evolução da participação do emprego industrial nacional no emprego industrial mundial (eibreim) e o peso do emprego industrial no total das ocupações nacionais (eiotbr), 1930-1999 (em %)......	33
Gráfico 5	Brasil: evolução da participação no emprego de profissionais e técnicos em pesquisa e tecnologia na ocupação total, 1950-1996.....	34
Gráfico 6	Estimativa de evolução das categorias ocupacionais no ano 2000	35
Gráfico 7	População residente – Maranhão 1960-2000.....	45
Gráfico 8	Taxa média geométrica e crescimento anual da população residente, por situação do domicílio – Maranhão – 1960-2000.....	45
Gráfico 9	Municípios mais populosos – Maranhão 2000.....	46
Gráfico 10	Valor do rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio – Maranhão – 1991/2000.....	48
Gráfico 11	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas, por situação do domicílio – Maranhão – 2000.....	48
Gráfico 12	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por classes de tamanho da população dos municípios – Maranhão – 2000.	49

Gráfico 13	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas e analfabetas – Maranhão 1980/2000.....;	51
Gráfico 14	Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a forma de abastecimento de água – Maranhão 1991/2000.....	53
Gráfico 15	Proporção de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo a forma de abastecimento de água – Maranhão – 2000.....	53
Gráfico 16	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em áreas selecionadas, por situação do domicílio – Maranhão 2000.....	55
Gráfico 17	Taxa de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade – Maranhão – 1980-2000.....	55
Gráfico 18	Taxa de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios – Maranhão – 2000	57
Gráfico 19	Taxa de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos ou mais de idade, em áreas selecionadas – Maranhão – 2000	58
Gráfico 20	Proporção de domicílios particulares permanentes com existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário – Maranhão – 1991/2000.....	59
Gráfico 21	Proporção de domicílios particulares permanentes com existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário, por situação do domicílio – Maranhão – 2000.....	60

RESUMO

Avanços da formação de mão-de-obra no desenvolvimento econômico mundial, são aqui examinados. De forma histórica cronológica evidenciou-se os diversos níveis de exigência do perfil da força de trabalho como pré-requisito de eficiência Industrial e seus reflexos na economia. O trabalho discute tendências no Brasil sobre o tema formação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico, considerando-se uma perspectiva histórica do crescente impulso ao desenvolvimento das forças produtivas ocorridas entre 1930 e 1980, depois de 1980 a 1990 e por último de 1990 a 1999. É também relatada uma análise sócio-econômica do Maranhão e mais especificamente de São Luís-MA, onde foi realizado pelo autor pesquisa de campo envolvendo 1043 indústrias, distribuídas em 22 (vinte e dois) ramos de atividade econômica, para investigar a relação entre formação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico e, dar suporte ao referencial teórico. Nas conclusões do trabalho, onde são confrontadas as hipóteses levantadas e os objetivos traçados, confirma-se a estreita relação consagrada na literatura entre formação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico.

Palavras Chave: formação de mão-de-obra, desenvolvimento econômico, desempenho técnico, desempenho comportamental.

ABSTRACT

Advances of the formation of man power in world-wide the economic development, here are examined. Of chronological historical form one proved the diverse levels of requirement of the profile of the force of work as prerequisite of Industrial efficiency and its consequences in the economy. The work argues trends in Brazil on the subject formation of man power and economic development, considering a historical perspective of the increasing impulse to the development of the occurred productive forces between 1930 and 1980, after 1980 the 1990 and finally of 1990 the 1999. Also a partner-economic analysis of the Maranhão is told and more specifically of They are Luís-MA, where field research was carried through by the author involving 1043 industries, distributed in 22 (twenty and two) branches of economic activity, to investigate the relation between man power formation and economic development e, to give it has supported to the theoretical referential. In the conclusions of the work, where the raised hypotheses and the objective tracings are collated, it is confirmed narrow relation consecrated in literature between man power formation and economic development.

Words Key: formation of man power, economic development, performance technician, manning performance.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	9
INTRODUÇÃO.....	13
1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
1.1 Avanços na formação de mão-de-obra no desenvolvimento econômico mundial	14
1.1.1 Aptidões para o desenvolvimento.....	25
1.1.2 Opções de políticas e perspectivas para os trabalhadores.....	27
1.2 Reflexões sobre aspectos relativos a mão-de-obra no Brasil	29
1.2.1 Reflexões sobre aspectos relativos a mão-de-obra no Brasil	35
1.2.2 As ocupações profissionais em baixa no Brasil	37
1.2.3 Educação profissional no Brasil	40
2 REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DO MARANHÃO: ANÁLISE E PERSPECTIVAS	44
2.1 Análise sócio-econômica	44
2.2 Perspectiva sócio-econômicas do Maranhão	60
2.3 Formação de mão-de-obra no contexto de uma política de desenvolvimento para o Maranhão	63
3 QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO LUÍS-MA, NA VISÃO EMPRESARIAL.....	67
3.1 Caracterização da pesquisa de campo	67
3.2 Aspectos metodológicos	67
3.3 Análise de resultados da pesquisa direta	69
4 CONCLUSÕES.....	85
5 APÊNDICE	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é avaliar o perfil qualitativo da demanda de mão-de-obra em determinados ramos de atividade do **setor industrial** de São Luís do Maranhão, como fator de fortalecimento da competitividade do segmento industrial e seus reflexos no desenvolvimento econômico. Previamente, discutem-se aspectos da formação de mão-de-obra em uma perspectiva histórica, partindo-se de fatos econômicos relevantes que vão desde a Revolução Industrial do século XVIII até a globalização da economia, visando identificar alternativas de desenvolvimento para a região, com foco na formação de mão-de-obra.

O tema em questão está dissertado em quatro capítulos. O **capítulo 1** discute aspectos do papel da formação de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico mundial, com ênfase nas aptidões para o desenvolvimento e opções de políticas e perspectivas para os trabalhadores. A análise também aborda a realidade brasileira, enfatizando aspectos relativos a ocupações profissionais em alta e em baixa; educação, qualificação profissional e o desafio do trabalho e da educação profissional no Brasil. O **capítulo 2** procura situar a realidade do Maranhão, por meio da apresentação e discussão de alguns indicadores econômicos e sociais. Os resultados da pesquisa de campo realizada pelo autor no último trimestre de 2002 e primeiro semestre de 2003 no Setor Industrial de São Luís-MA que estão relatados no **capítulo 3**, expressam a realidade do cenário industrial local e seus reflexos no desenvolvimento estadual, considerando-se a formação da mão-de-obra produtiva como elemento estratégico de uma Política de desenvolvimento. Finalmente, o **capítulo 4** é dedicado às conclusões do trabalho, confrontando-as com as hipóteses levantadas com os objetivos traçados, apresentando-se reflexões e contribuições acerca do tema pesquisado, como subsídios para uma política de desenvolvimento econômico de São Luís - Maranhão.

1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1.1 Avanços da formação de mão-de-obra no desenvolvimento econômico mundial

Para efeito deste trabalho, caracterizamos três períodos que marcaram os fatos econômicos, seguindo uma seqüência histórica cronológica, os quais compreendem:

1º Período - Final do século XVIII até o início do século XX (1790 a 1920) - fortemente marcado pela Revolução Industrial; **o 2º Período - iniciado nos anos vinte** - pós Primeira Guerra Mundial até a década de 60 do século XX, aproximadamente; e **o 3º - a partir do final da década de 60** até a atualidade. Nesses períodos ocorreram mudanças significativas em termos de crescimento e desenvolvimento econômico, bem como no nível de formação de mão-de-obra.

Entre 1790 e 1920, se torna explícita a questão da formação de mão-de-obra, com ênfase no desenvolvimento de cada homem no sentido de alcançar maior eficiência e produtividade. Foi a era da qualificação no aspecto técnico da mão-de-obra produtiva. A idéia básica era de que se aperfeiçoando o índice de eficiência dos operários, isso traria vantagem comparativa e competitividade para as empresas que produzissem com eficiência.

Estabelecendo-se uma relação do quadro de distribuição da mão-de-obra com desenvolvimento econômico, quanto às “Transformações contemporâneas na repartição do trabalho no mundo”, observa-se que o jogo de forças do mercado – incluindo o comércio, o movimento dos capitais e da mão-de-obra – não opera no sentido da igualdade, fazendo com que o curso da evolução histórica dos Países não seja homogêneo, conforme revelam alguns estudos clássicos sobre o desenvolvimento econômico (Myrdal, 1972; Kuznets, 1983; Nurske, 1953)*. A tendência à desigualdade econômica internacional leva inoportunamente à constituição tanto de uma classe de nações hegemônicas como à de uma maioria de países em

* Pochmann, Marcio. O Emprego na Globalização. São Paulo: BOITEMPO, 2001, p.13.

posição periférica, representado cerca de 2/3 da população mundial. Assim, compreende-se que os estímulos à eficiência e à concorrência definidos pelo modelo de racionalidade econômica do capitalismo não produzem sociedades com um padrão de desenvolvimento menos desigual.

A Divisão Internacional do Trabalho tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, distribuída em três divisões distintas.

Na Primeira Divisão Internacional do Trabalho, a forma de produção e a tecnologia adotadas nas atividades agrícolas na Europa e em outras áreas geográficas mundiais não se apresentavam tão heterogêneas até o século XVIII. Nações como China e Índia, por exemplo, chegaram a registrar, em determinados períodos históricos, formas de produção tecnicamente tão avançadas quanto as da Europa.

Com o início da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII (Hobsbawm, 1977, p. 44s; Heilbroner, 1964), a Inglaterra surgiu como País de industrialização originária, transformada imediatamente na grande oficina do mundo ao longo do século XIX. A combinação entre o poder militar já existente e as formas superiores de produção industrial naquela oportunidade possibilitou à Inglaterra assumir uma posição de hegemonia na economia mundial. A libra passou a sustentar o padrão monetário internacional (Gold Standard), a partir de sua conversibilidade ao ouro, além de lastros às trocas comerciais e à condição de reserva de valor, colocando a Inglaterra isoladamente no centro do capitalismo mundial, sendo até 1914 a principal nação a investir no exterior.

Diante do monopólio da industrialização, a Inglaterra manteve uma relação dicotômica com as demais nações, que na posição de periferia procuravam compensar a grande importação de produtos manufaturados ingleses pela exportação de produtos primários, basicamente alimentos e matéria-prima. Não foi por outro motivo que interessava

ao centro capitalista a insistência no livre mercado de trocas e no fim do trabalho escravo, extremamente favoráveis à Inglaterra.

Nessa condição, os ingleses praticamente abandonaram as possibilidades de produção e exportação de produtos primários, transformando-se na grande nação dependente da importação de alimentos e matérias-primas, financiada pela exportação de manufaturados. Assim, a Inglaterra pôde comportar apenas 9% de sua força de trabalho no setor primário, em 1900, enquanto os Estados Unidos possuíam 37% de sua população ativa no campo, a Alemanha 34%, a França 43%, a Itália 59%, a Espanha 67%, o Japão 69%, o México 71%, a Índia 72%, o Brasil 73%, a Rússia 77% e a China 81%, conforme Morris e Irwin (1970).*

De 1920 até a década de 60, aproximadamente, 2º período referido, ocorreram diversos fatos que refletiram na economia mundial, com destaque para os reflexos da Pós Primeira Guerra, a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra; o crescimento e a “era de ouro” do capitalismo (no Pós Segunda Guerra até meados dos anos setenta), outras habilidades tornaram-se necessárias ao perfil da qualificação da mão-de-obra, indo além da competência técnica (saber fazer, executar), sendo necessário também o desenvolvimento de habilidades no aspecto comportamental (processo, como fazer), como a capacidade de lidar com conflitos, liderança voltada para estimular o trabalho em equipe, dentre outras, especificamente voltadas para a manutenção dos índices de produtividade até então alcançados.

Na verdade, percebe-se que ocorreu mudança no foco de produtividade, a ênfase deixando de ser da produção individual com o desenvolvimento de cada homem para produção em equipes, onde a hipótese é de que muitas mãos realizam mais trabalho, explorando mais os ganhos de produtividade, sendo de extrema importância tais qualificações para o desenvolvimento econômico no século XX, embora Adam Smith (1776) já tivesse abordado tais aspectos do processo de trabalho. Dessa forma, as firmas multipessoais passam

* Ibid., p.20

a existir somente quando as vantagens advindas do seu tamanho começam a ter mais peso do que as desvantagens criadas pelas dificuldades organizacionais. Uma dessas vantagens surge dos ganhos de produtividade associados à produção em equipe.

Tais acontecimentos provocaram uma reformulação do pensamento, agravado por diversos fatores pós primeira Guerra Mundial já citados, como queda de produtividade industrial, a Grande Depressão de 1929, culminando com altas taxas de desempregos por mais de uma década antes da Segunda Guerra Mundial, tendo como consequência o surgimento de outros enfoques econômicos como a do economista inglês John Maynard Keynes (1936) sobre a determinação do produto e um meio de explicar a Depressão de 1929.

A Segunda Divisão Internacional do Trabalho, a partir do início do século XX, mais especificamente após os anos de 1920, a Inglaterra passou a registrar sinais de fragilidade na sua condição de potência hegemônica, o que foi agravado por duas guerras mundiais e, principalmente, pela Depressão de 1929, como já foi citado anteriormente. Os Estados Unidos, que já se apresentavam como a principal economia do centro capitalista, não demonstravam interesse em assumir a posição de nação hegemônica ocupada até então pela Inglaterra.

Somente no segundo pós-guerra os Estados Unidos assumiram a posição de nação hegemônica, porém num cenário internacional até então desconhecido. Em outras palavras, diante da existência de um modo de produção distinto do capitalista, difundido pela Revolução Russa de 1917 e que posteriormente iria atingir 1/3 de toda a população mundial, esteve em curso uma estratégia de desenvolvimento anti-sistêmica, o que a distinguiu do quadro de relações internacionais que predominava até então, de possibilidade de crescimento econômico somente pró-sistêmico.

Dentro da estratégia pró-sistêmica, que possibilitou a conformação de um conjunto de nações semiperiféricas, a partir de sua parcial industrialização, esteve também a promoção do esvaziamento de antigas potências coloniais, como Reino Unido, França,

Bélgica, Holanda e Portugal. Assim, ocorreu uma fase de colonização promovida por fatores tanto de ordem interna como de ordem externa, com a independência de Países como Indonésia (1945), Filipinas (1946), Índia (1947), Coréia (1949), Vietnam (1954), Marrocos (1956), Zaire (1960), Nigéria (1960), Kuwait (1961), Argélia (1962), Malásia (1963), Cingapura (1965), Guiné-Bissau (1974), entre outros. *

Por conta disso, uma segunda Divisão Internacional do Trabalho foi sendo maturada pela constituição de um bloco de Países semiperiféricos que teve o apoio de uma ordem econômica mais favorável à difusão geográfica do padrão de industrialização norte-americano. O papel das agências multilaterais na regulação das relações internacionais (ONU*, BIRD*, FMI*, GATT*) esteve voltado para a contenção da valorização financeira (fictícia) do capital, por meio da estabilidade do padrão monetário, que se sustentava, naquela oportunidade, no sistema ouro-dólar, nas taxas de câmbio e de juros e no controle dos bancos.

Aproveitando-se da existência de um período de relativa estabilidade tecnológica e de um contexto de bipolaridade nas relações internacionais, alguns Países africanos (África do Sul), latino-americanos (Brasil, México, Argentina, Venezuela e Chile) e do leste asiático (Coréia, Cingapura e Taiwan) avançaram na implantação completa ou não de sistemas industriais. O Brasil e a Coréia foram os Países que mais se destacaram dentro da estratégia pró-sistêmica de alcançar uma etapa mais avançada de industrialização, sendo o primeiro sustentado pelo maior aproveitamento do mercado interno, com forte apoio de empresas multinacionais, e o segundo fundado no mercado externo, com apoio de grandes empresas nacionais.

A partir do final dos anos de 1960 até a atualidade (3º Período), com o avanço do Desenvolvimento Econômico, abertura das economias nacionais e aumento da

* Ibid p. 23

* ONU Organização das Nações Unidas

* BIRD - *International Bank for Reconstruction and Development*

* FMI Fundo Monetário Internacional

* GATT *the General Agreement on Tariffs and Trade*

competitividade e da globalização da economia, expandem-se ainda mais os níveis de exigências da formação de mão-de-obra, estipulando os limites da competência técnica e comportamental. A maioria dos Países sofreu por quase uma década de estagflação (estagnação e inflação simultânea).

Com tantos avanços e mudanças nos campos tecnológicos e humanos, o resultado disso é que enquanto algumas economias ficaram estagnadas e outras se arrastam a passos lentos, há aquelas que crescem e se desenvolvem em ritmo acelerado no mundo globalizado e ao estudarmos o assunto, convém investigarmos de forma mais precisa essa relação entre a formação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico para que possamos compreender melhor esse fenômeno nas diversas economias dos Países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento e obtermos os elementos necessários para decidirmos nesse binômio capital x trabalho.

Na Terceira Divisão Internacional do Trabalho, já a partir dos anos de 1960, a desorganização das bases institucionais do desenvolvimento capitalista, construídas no imediato pós-guerra, impulsionou o maior acirramento da competição entre os capitais.

A transferência de recursos financeiros parece seguir a antiga lógica de vinculações a acordos de internacionalização de atividades econômicas internas, com tratados preferenciais de comércio e de concessão de atividades lucrativas ou encomendas de bens e serviços. Em contrapartida, as economias tomadoras de recursos especializam-se nas atividades e movem-se subordinadas à geração de saldos comerciais compatíveis com o pagamento de recursos decorrentes de seu endividamento.

Ainda que possa haver exceções, decorrentes de distintas associações entre Países centrais e Países periféricos, como no caso dos Estados Unidos com a América Latina e o Caribe, da União Soviética com economias da Europa Oriental e do Japão com as nações Asiáticas, tende a existir maior inibição ao ciclo de expansão industrial.

Em função disso assiste-se, desde a década de 1970, a uma modificação substancial na Divisão Internacional do Trabalho. Embora o comando da **nova Divisão Internacional do Trabalho** pertença à dimensão financeira, há principalmente dois vetores estruturais que influenciam a partir do centro do capitalismo mundial. O **primeiro vetor** está associado ao processo de reestruturação empresarial, acompanhado da maturação de uma nova Revolução Tecnológica. O **segundo vetor** está relacionado à expansão dos Investimentos Diretos no Exterior (IDE). Apesar do avanço no fluxo de recursos estrangeiros em Países semiperiféricos, o IDE permanece ainda muito fortemente concentrado nas economias centrais. Ainda que mais recentemente uma parte importante do IDE tenha sido direcionada aos Países semiperiféricos (Países de renda intermediária), nota-se que o segmento de economia de baixa renda (Países periféricos) continuou perdendo participação no fluxo de recursos internacionais, sem alterar a parte do bolo que fica com as economias avançadas.

No centro do capitalismo, a redução da capacidade de produção intensiva em mão-de-obra foi complementada, em parte, pela ampliação de fábricas intensivas em capital e conhecimento, com valor adicionado por trabalhador muito mais elevado. Por conta disso, mais de 70% do total da ocupação desses Países concentra-se no setor de serviços, que é menos globalizado (e, portanto, mais protegido) que os setores industriais e agropecuários.

Deve-se ressaltar ainda que o processo periferização da indústria de transformação ocorrido desde os anos cinquenta possibilitou a abertura de oportunidades adicionais de demanda de mão-de-obra qualificada justamente nos Países de menor renda. Em contrapartida, de acordo com os dados citados por Pochmann (2001), as economias centrais reduziram sua participação relativa no total dos postos de trabalho qualificados de 87%, em 1950, para 68% em 1980, assim como as ocupações não-qualificadas continuaram sendo reduzidas, no mesmo período, de 46,2% para 15,6%. Ressalta-se que o ajuste no emprego industrial não implicou desemprego nos Países do centro capitalista mundial no mesmo

período de tempo. Em 1980, os Países periféricos e semiperiféricos eram responsáveis por 32% dos postos de trabalho qualificados e 84% das vagas não-qualificadas.

Ao mesmo tempo em que a nova Divisão Internacional do Trabalho impõe limites à dinâmica dos bons empregos aos Países pobres, ocorre, paralelamente, a elevação no grau de desigualdade entre as populações dos distintos grupos de Países.

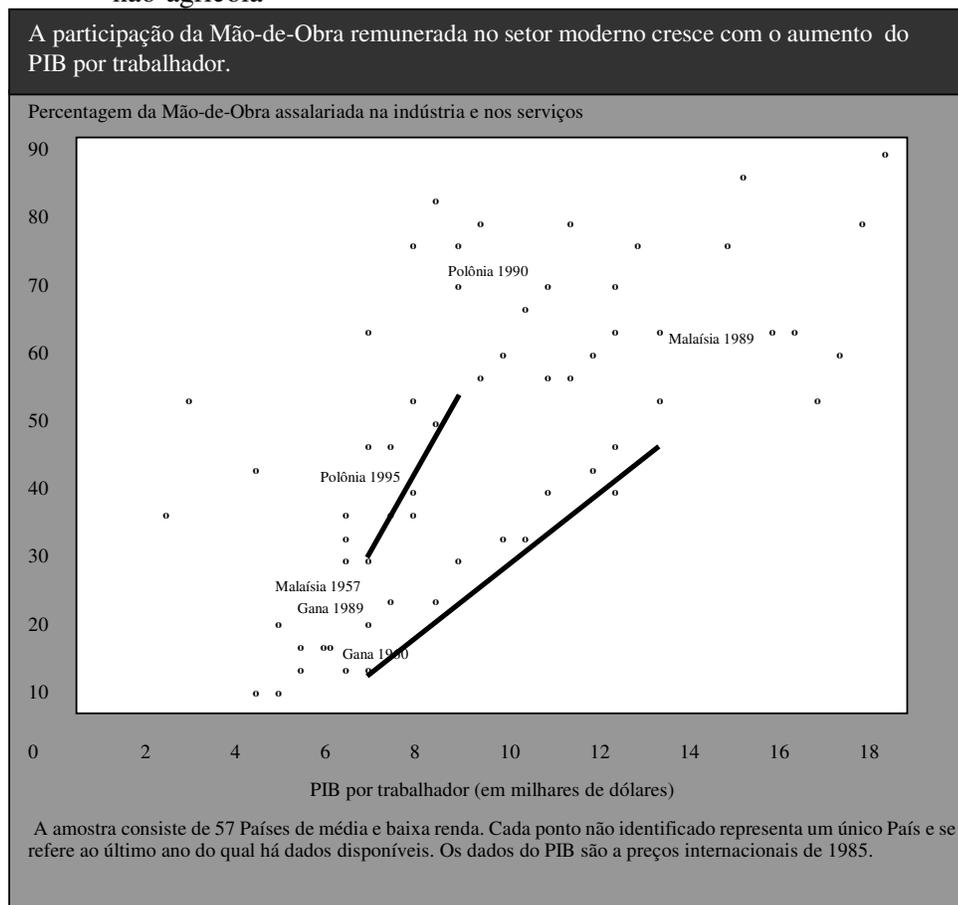
No centro capitalista, a diferença entre a renda dos 10% mais ricos em relação à renda dos 20% mais pobres era menos de 4 vezes nos anos de 1990, enquanto nos Países periféricos foi de quase 6 vezes e de mais de 7 vezes nas economias semiperiféricas.

De acordo com os indicadores do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (1995), os benefícios alcançados pelo trabalhador nas economias que crescem rapidamente não resultam da criação de emprego no setor público ou de aumentos salariais decretados pelo governo. A expansão das oportunidades de emprego e a melhoria dos salários são conseqüências do crescimento e de **aumento da produção por trabalhador na economia em geral**. Uma estratégia de desenvolvimento baseada no mercado alcança esses resultados através das decisões de investimento das empresas, das famílias e do governo. A busca de atividades mais lucrativas leva os negócios – quer se trate de lavouras familiares, quer de empresas do setor informal ou grandes firmas, a investir em equipamento, nova tecnologia e treinamento dos trabalhadores. Contudo, uma estratégia de desenvolvimento baseada no mercado exige que os governos, acima de tudo, facilitem os investimentos das empresas e das famílias, protegendo, por exemplo, os direitos de propriedade e dando acesso à educação.

Para o indivíduo, existe uma forte associação entre mais instrução escolar e o aumento da produtividade da mão-de-obra e do poder aquisitivo. No plano global, são os Países com altos níveis de crescimento econômico sustentado que registram aumentos mais rápidos do seu estoque de capital físico e humano. Entre 1965 e 1990, as economias de alto desempenho dos Países em desenvolvimento da Ásia oriental apresentaram elevação significativa da taxa de investimento, da média de 22% em 1965 para média de 35% em 1990.

O capital humano cresceu rapidamente: de 1965 a 1990 o índice bruto de matrícula na escola secundária cresceu de 27% para 37% (as taxas brutas de matrícula incluem estudantes que não se acham na faixa etária escolar normal). Nenhuma outra região igualou esse padrão geral de investimentos nem os benefícios do crescimento resultantes do PIB, da expansão do emprego assalariado e da melhoria de renda. O crescimento econômico também altera a situação de emprego do trabalhador. Nos Países pobres, a maior parte da mão-de-obra consiste de trabalhadores autônomos dedicados a atividades de produtividade relativamente baixa, na agricultura ou nos serviços. Mas, na medida em que os Países enriquecem, a maioria dos trabalhadores desloca-se para empregos de maior produtividade e melhores salários na indústria e nos serviços, como revela a figura 1 a seguir.

Figura 1 PIB por trabalhador e participação da mão-de-obra no emprego remunerado não-agrícola



Fontes: OIT, vários anos, Summers e Heston, 1991, apud Pochmann (2001)

Com base nesses dados e fatos econômicos relevantes apontados, cremos haver uma relação peculiar entre a qualificação da mão-de-obra e o desenvolvimento econômico, quando associamos aumento de produtividade com mais instrução escolar, com conseqüente aumento de renda e estoque de capital físico e humano, sem desconsiderar, é claro, outras variáveis como nível tecnológico e eficiência.

Tem-se uma idéia de relação que existe entre o investimento e o crescimento econômico pelos dados comparativos a longo prazo (1960-85) das taxas de crescimento do PIB por trabalhador e das recentes estimativas da acumulação de capital físico e dos anos de escolarização dos trabalhadores em diferentes Países (Figura 2). Uma amostra de mais de 60 Países de renda baixa e média, abrangendo todas as regiões, exceto as economias da Europa e da Ásia Central em transição (das quais ainda não se dispõe de padrões comparáveis de investimento), mostra uma correlação positiva entre os investimentos e o crescimento da produção por trabalhador.

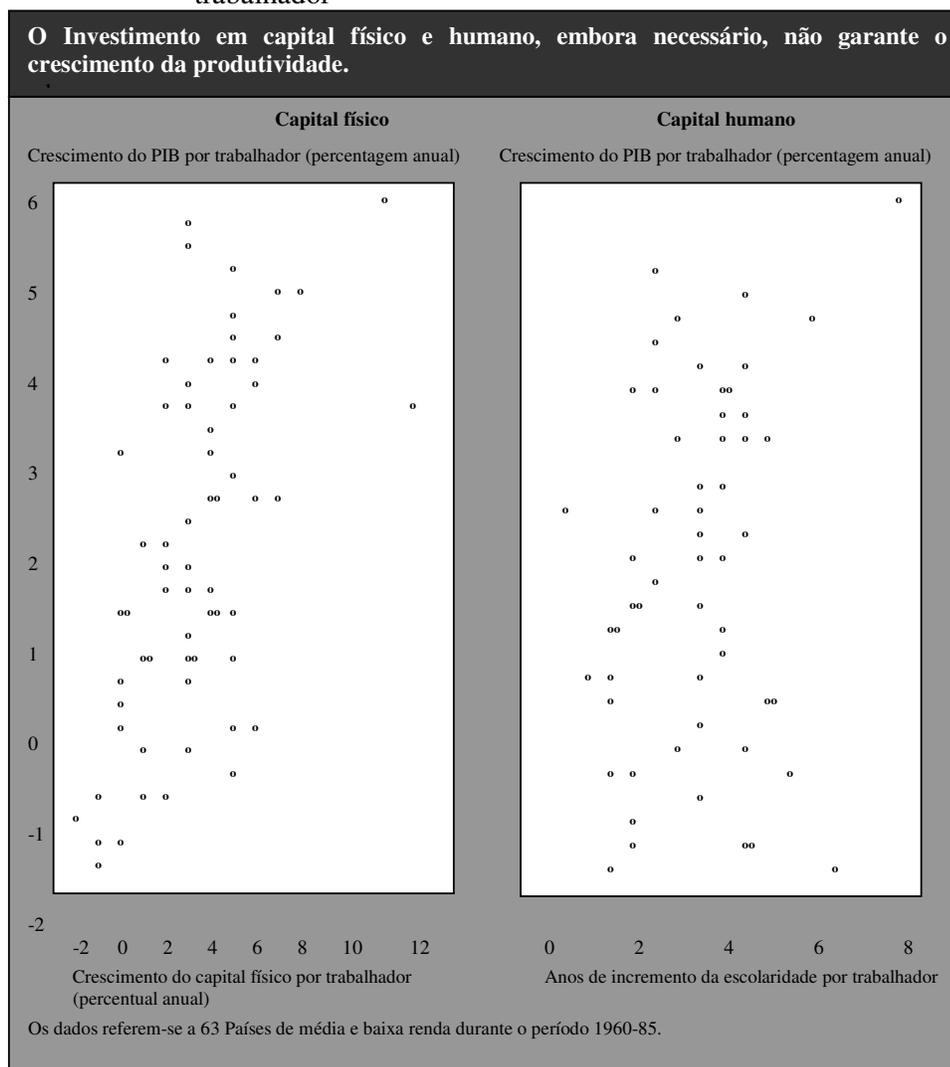
As economias em rápido crescimento investem mais, mas o investimento, por si só, não resulta necessariamente em crescimento mais rápido – o vínculo entre os investimentos e o crescimento da produtividade nada tem de automático. Muitas economias, embora tenham aumentado seu estoque de capital físico e humano por trabalhador, registraram taxas baixas e mesmo negativas de crescimento da produtividade. Alguns Países que investiram regularmente mais de 20% do PIB – inclusive a China na década de 70, a antiga União Soviética, o Sri Lanka e a Tanzânia – não cresceram rapidamente.

Esse relacionamento nada automático entre os investimentos e o crescimento da produtividade suscita duas implicações adicionais:

Em primeiro lugar, o crescimento depende não apenas da rapidez do ritmo de acumulação de insumos, mas também da qualidade desses insumos, da tecnologia neles incorporada e do grau de eficiência com que são utilizados.

Em segundo lugar, a relação entre investimento em capital humano e crescimento da produtividade é muito mais fraca do que a entre o investimento em capital físico e o crescimento da produtividade, como mostrado na Figura 2. Isso, porém, não quer dizer que o capital humano seja menos importante para o crescimento. Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimento e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os trabalhadores de um País, maiores serão as suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes e assim chegar a um crescimento mais rápido da produção.

Figura 2 Acumulação de capital físico e humano e crescimento do PIB por trabalhador



Fontes: Nehru e Dhareshwar, 1991; Nehru, Swanson e Dubey, Dhareshwar, 1991, apud Pochmann (2001)

1.1.1 Aptidões para o desenvolvimento

A melhoria das aptidões da capacidade do trabalhador é essencial para o êxito econômico numa economia global cada vez mais integrada e competitiva. Os investimentos em capital humano podem melhorar o padrão de vida familiar, expandindo as oportunidades, aumentando a produtividade, atraindo investimentos de capital e elevando a capacidade de auferir renda.

Para o crescimento econômico e o bem-estar da família, é universalmente reconhecida a importância do investimento em capital humano, especialmente em educação; a consciência desse fato contribuiu para o crescimento sem precedentes da matrícula escolar em todo o mundo nas últimas décadas.

O sustento de trabalhadores na agricultura, na indústria e nos serviços depende cada vez mais da aquisição de aptidões básicas como alfabetização e as quatro operações, bem como de aptidões mais especializadas e a capacidade de desempenhar tarefas complexas e organizar o trabalho de terceiros.

Os investimentos em recursos humanos requeridos para o aprendizado dessas aptidões – investimentos em saúde e nutrição e em educação e treinamento – começam na primeira idade e se estendem por toda a vida. Tais investimentos geram o capital humano necessário para aumentar a produtividade da mão-de-obra e o bem-estar do trabalhador e de sua família.

A capacitação para o trabalho mostra uma relação semelhante com a produtividade. Em Taiwan, China, associou-se o treinamento baseado na empresa a um significativo aumento da produção por trabalhador, correspondendo os maiores ganhos a firmas que investiram simultaneamente em treinamento e tecnologia. Como no caso da revolução verde, o capital humano dá um rendimento particularmente elevado quando existe a oportunidade para aproveitar novas idéias.

A melhoria da educação geral de um País aumenta a probabilidade de que o trabalhador receba treinamento após a sua educação formal. No Peru, os trabalhadores do sexo masculino que haviam feito pelo menos parte do curso secundário tinham uma probabilidade 25% maior de receber treinamento de seus empregadores em relação aos trabalhadores com nível inferior de escolaridade; entre os que haviam concluído o ciclo secundário, a probabilidade de receber treinamento era 52% maior em relação aos que tinham escolaridade inferior.

O incremento do capital humano dos trabalhadores aumenta a sua capacidade de auferir renda, porque as economias orientadas para o mercado recompensam o trabalhador especializado que é capaz de produzir mais ou de produzir um bem com alto valor de mercado.

Por que, então, o crescimento econômico continua insuficiente em muitas partes do mundo, apesar do aumento dos níveis de instrução e de outras formas de investimento em capital humano? Existem **duas razões**. **Primeiro**, a utilização do capital humano pode ser insuficiente. O aumento dos investimentos em capital humano pode não compensar nem superar os efeitos de um ambiente pouco propício ao crescimento econômico. **Segundo**, os investimentos em capital humano podem ser de tipo incorreto ou de má qualidade. Muitas vezes, os gastos em recursos humanos não chegam a oferecer a quantidade, a qualidade ou o tipo de capital humano que poderiam ter produzido se os fundos tivessem sido melhor aplicados.

Assim sendo, enfatiza-se nossa análise anterior, constatando-se também a relevância da aplicação das estratégias, que devem ser de forte impacto econômico e suficientes para produzir efeito significativo na economia. Por outro lado, ao considerarmos as tendências do ambiente externo, necessário se faz maior grau de precisão diagnóstica entre “as programações de formação de mão-de-obra” e “reais necessidades de absorção na

economia produtiva”, tanto em termos quantitativos, como qualitativo. Dessa forma, tenderíamos a obter resultados mais rápidos e concretos em termos de crescimento econômico.

1.1.2 Opções de políticas e as perspectivas para os trabalhadores

A crescente desigualdade da renda entre indivíduos e grupos de trabalhadores em todos os Países foi a tendência dominante na economia mundial. Atualmente, o grupo mais próspero de trabalhadores do mundo – os trabalhadores especializados dos Países industrializados – ganha, em média, 60 vezes mais do que o grupo mais pobre, segundo dados do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (o Trabalhador e o Processo de Integração Mundial – 1995).

O principal fator determinante das perspectivas para os trabalhadores é o investimento interno – em capital, educação, infra-estrutura e tecnologia. Esses fatores influenciam no nível de emprego, na produtividade, no ambiente de trabalho, entre outros aspectos projetados em dois cenários, que são: o **cenário divergente**, que pressupõe a persistência ou deterioração da recente tendência dos investimentos, a desistência escolar prematura de uma boa parcela dos que já estão matriculadas e pequenas velocidades do aumento da produtividade gerais da mão-de-obra; o **cenário convergente** pressupõe que **há aceleração dos índices de investimento**, estabilização das matrículas nos níveis atuais e declínio dos índices de desistência, bem como uma contribuição dos **investimentos em infra-estrutura, das transferências de tecnologia e das melhorias qualitativas da governança para o aumento da produtividade do trabalho**. Tais pressupostos básicos dessas projeções estão indicados na Tabela 1.

Tabela 1 - Pressupostos básicos das projeções

O cenário convergente exigirá altos índices de investimento em capital humano e físico, bem como ganhos gerais de produtividade.

Pressupostos básicos das projeções

Região	Participação dos Investimentos no PIB (percentagem)			Média de anos de Instrução Escolar			Crescimento anual da produtividade total dos fatores (percentagem por ano)		
	Real 1992	1994-2010		Real 1992	2010		Real 1960-87	1994-2010	
		Divergente	Convergente		Divergente	Convergente		Divergente	Convergente
África Subsaariana	17	16	25	2,3	2,6	2,8	0,0	0,5	1,4
América Latina	20	22	15	4,9	5,5	6,1	0,0	0,6	1,6
Ásia Meridional	23	23	26	3,4	4,2	5,1	0,6	0,7	1,5
Ásia Oriental	28	22	28	6,5	7,3	7,9	1,9	1,0	1,8
China ^a	30	22	26	5,0	5,4	6,1	..	0,7	1,7
Ex-COMECOM	19	18	22	8,2	9,1	10,5	..	0,5	2,1
OCDE ^b	20	20	22	9,6	10,5	11,1	1,1	0,9	1,3
Oriente Médio e África do Norte	23	20	25	3,6	4,5	5,5	1,4	0,5	1,5

Não disponível
a. Inclui Hong Kong
b. Inclui somente Austrália, Canadá, Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia e União Européia.

Fonte: Estimativas Técnicas do Banco Mundial. Relatório sobre Desenvolvimento Mundial – 1995 (o Trabalhador e o Processo de Integração Mundial), apud. Pochmann (2001)

Podemos analisar tais projeções no cenário convergente, com investimentos em “infra-estrutura, transferências de tecnologias e melhor desempenho dos governos para o aumento da produtividade”, na visão de que o papel do Estado, naquilo que de fato lhe compete e é relevante na economia de uma região, nação, torna-se salutar e propulsor do crescimento econômico. E mais, quando aliado à iniciativa privada, com políticas encorajadoras dos fatores de atratividade de mercado (características do mercado, fatores tecnológicos, concorrência, econômico-financeiros e políticas sociais), ambos avançam, pois o setor produtivo da iniciativa privada torna-se mais competitivo e eficiente e o governo com melhores resultados em seus indicadores econômicos e sociais, refletindo favoravelmente no Desenvolvimento Econômico.

Creemos ainda, que uma política de melhor qualificação da variável mão-de-obra, nesse cenário convergente de projeções a médio prazo (2010), avaliando o que já foi

concretizado até então e, planejando melhor, em que nível desenvolver (habilidades e competências), respaldo em bons diagnósticos de necessidade de cada região, certamente trará um forte impacto no crescimento econômico.

Os principais problemas a serem atacados são a fraqueza da preparação de pessoal especializado e o viés desfavorável à mão-de-obra, que ainda restam em Países onde a distribuição da terra é desigual, como a Colômbia e o Brasil. Haverá necessidade de uma reforma agrária e de revogação de políticas que tendem a dificultar o uso de mão-de-obra na agricultura.

Os sindicatos tornaram-se fracos, exceto no setor público, mas os sindicatos independentes têm importante papel a desempenhar e, em certos Países, têm de ser fortalecidos, especialmente em relação ao seu papel nas negociações descentralizadas. Também é necessário reformar as normas de contratação e demissão, atacar problemas no setor público e aprofundar a reforma dos sistemas de seguridade social.

1.2 Reflexões sobre aspectos relativos a mão-de-obra no Brasil

Um problema crucial é a “fraqueza da preparação de pessoal especializado e o viés desfavorável à mão-de-obra”, em Países com certa desigualdade social, a exemplo da Colômbia e o Brasil. Partindo desse pressuposto uma política consistente de formação de mão-de-obra torna-se um elemento importante e no mínimo justificável e compreensível em termos de desenvolvimento econômico.

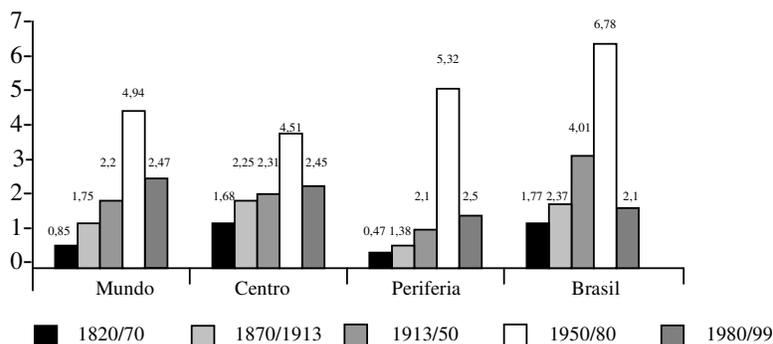
O capitalismo brasileiro, conforme Pochmann, (2001, p.36), “foi um dos mais dinâmicos do mundo entre 1890 e 1980, com taxa média anual de variação do Produto Interno Bruto estimada em 4,14%”.

Com isso, nota-se que nas duas divisões internacionais do trabalho anteriores, o Brasil conseguiu atingir um desempenho econômico acima da média mundial e bem acima da

dos Países centrais. Nos anos de 1950 e 1980, quando houve o maior impulso à industrialização nacional, o País viveu um período de ouro, com taxa média anual de expansão da produção de quase 7%. Convém frisar também que na terceira Divisão Internacional do Trabalho, a partir de 1960 (já citado anteriormente), houve maior acirramento da competição entre os capitais, impulsionado pela desorganização das bases institucionais do desenvolvimento capitalista.

A partir de 1981, entretanto, a economia brasileira sofreu uma profunda inflexão. Tomou conta do País o baixo dinamismo entre 1981 e 1999, com expansão média anual do produto de apenas 2,1%, um pouco acima da evolução demográfica, porém abaixo do comportamento da economia mundial, das nações periféricas e do centro do capitalismo mundial. Pode-se perceber também, em perspectiva histórica, que o crescente impulso ao desenvolvimento das forças produtivas ocorrido entre 1930 e 1980, por meio da combinação do projeto de industrialização com forte expansão estatal e ampla internacionalização do mercado interno, se mostrou extremamente favorável à maior participação relativa do Brasil na economia mundial.

Gráfico 1 – Brasil: taxas médias anuais de variação do PIB por períodos de tempo selecionados, 1820/99.

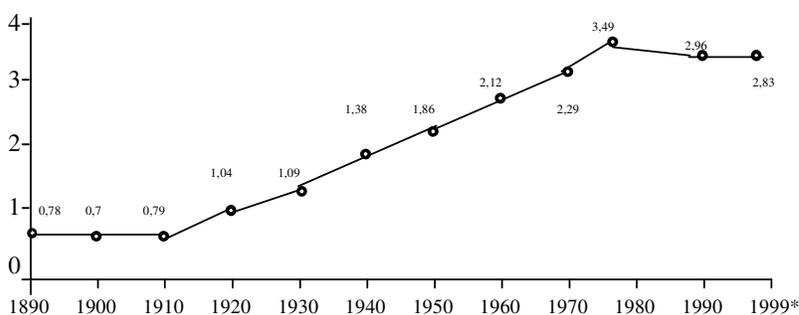


Fonte: Maddison, 1994, OCDE, Nações Unidas, BIRD, FMI, apud Pochmann (2001, P.37).

Centro: economias de renda alta. **Periferia:** economias de baixa renda.

Nos primeiros oitenta anos do século XX, o Brasil registrou uma tendência de crescente participação relativa na economia mundial. Em 1900, por exemplo, a renda nacional era equivalente a 0,7% da renda do mundo. Oitenta anos depois (1980), a participação da renda brasileira na renda mundial havia sido multiplicada por 5 vezes, fazendo com que fosse responsável por 3,5% da economia mundial.

Gráfico 2 – Brasil: evolução da participação da renda nacional na renda mundial, 1890-1999.



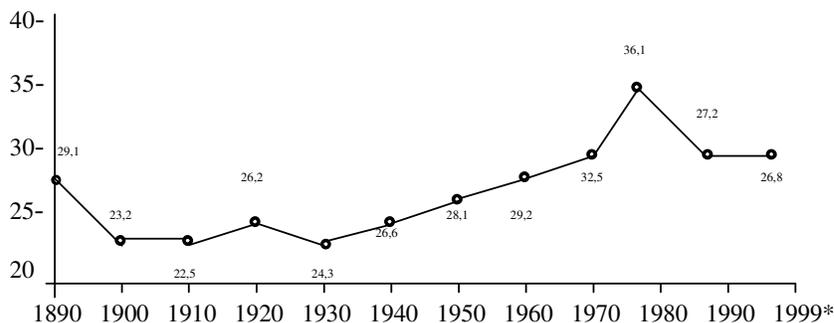
*Estimativa

Fonte: Maddison, 1994, OCDE, Nações Unidas, BIRD, FMI (vários anos). Apud Pochmann (2001)

Reproduzida a *performance* da economia nacional nas duas últimas décadas do século XX, o Brasil estaria representado, em 1999, 5,1% da economia mundial. Ocorre, todavia, que desde 1981 o País ingressou na mais grave crise desde 1900, responsável pela situação de regressão de sua participação na economia mundial. No ano de 1999, a renda nacional foi equivalente a apenas 2,8% da renda mundial, retroagindo aos anos 80.

Em relação à renda *per capita* dos Países que constituem o centro do capitalismo mundial, a renda *per capita* brasileira apresentou uma tendência de forte elevação entre 1930 e 1980, coincidindo com a fase de industrialização nacional. No ano de 1980, por exemplo, a renda média dos brasileiros foi equivalente a 36,1% da renda *per capita* do centro capitalista, enquanto em 1930 era de 24%.

Gráfico 3 – Brasil: evolução da relação da renda *per capita* nacional em relação à renda *per capita* do centro capitalista, 1890-1999.



*Estimativa

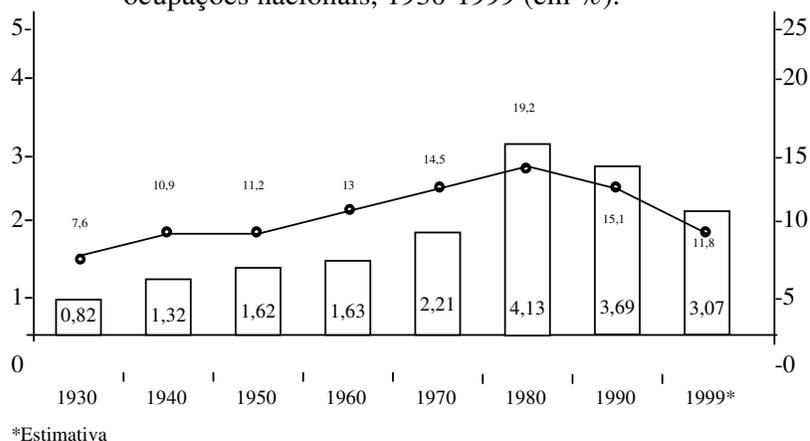
Fonte: Maddison, 1994; OCDE, Nações Unidas, BIRD, FMI (vários anos), apud Pochmann (2001, p.38).

Caso não houvesse uma ruptura nesse movimento, a renda *per capita* nacional seria equivalente a 42 % da renda por habitante dos Países ricos em 2000. Mas, com a situação de estagnação da renda *per capita* pós-1980, a renda média dos brasileiros foi apenas 27% da renda média dos habitantes dos Países ricos no ano de 1999, regredindo a uma situação próxima à de 1940.

Na comparação da década de 1930 com a de 1970, o Brasil avançou rapidamente na ampliação do volume de trabalhadores ocupados na indústria de transformação. Em 1930, quando os postos de trabalho na indústria de transformação equivaliam a 7,6% do total das ocupações do País, o Brasil possuía apenas 0,8% do emprego industrial do mundo.

Cinquenta anos depois (1980), o peso do emprego da indústria de transformação era de quase 20 %, representando 4,1% do volume mundial de postos de trabalho. Mas desde 1980 o indicador do emprego industrial vem regredindo. Em 1999, o Brasil possuía 3,1% da quantidade de empregos industriais do mundo, o que equivaleu a menos de 12% do total da ocupação nacional. Uma situação próxima à de 1940, logo no início do processo de industrialização nacional.

Gráfico 4 – Brasil: evolução da participação do emprego industrial nacional no emprego industrial mundial e o peso do emprego industrial no total das ocupações nacionais, 1930-1999 (em %).



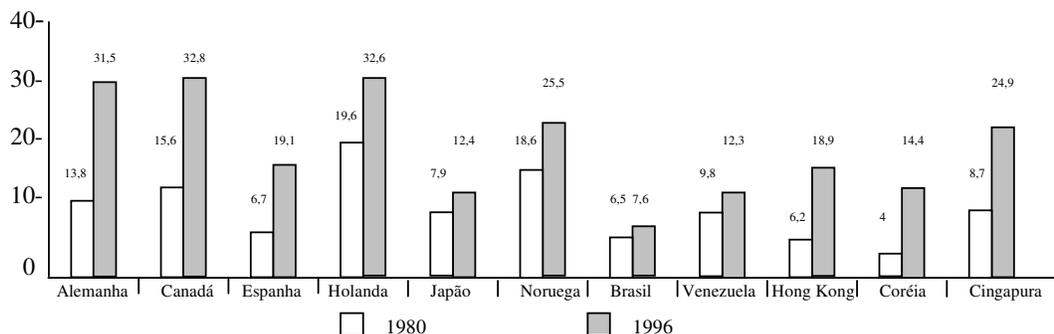
Fonte: OIT (vários anos) anuário de Estatística del trabajo. Ginebra, apud Pochmann (2001).

Não deve causar espanto, portanto, o fato de o País ter uma baixa geração de postos de trabalho qualificados (requer qualificação técnica – mão-de-obra qualificada para atender os parâmetros de desempenho definidos por cada País – como fazer, para desempenhar atividades com eficiência e atender os critérios de desempenho preestabelecidos). Entre 1990 e 1998, os postos de trabalho qualificados foram reduzidos em 12,3% no Brasil, enquanto as ocupações não-qualificadas (não requer qualificação técnica e comportamental para desempenhar as atividades com eficiência) cresceram 14,2%, segundo informações do Ministério do Trabalho.

Com base no estudo da Organização Internacional do Trabalho que comparou os postos de trabalho de profissionais e técnicos vinculados ao setor de pesquisa e tecnologia com a ocupação total, o Brasil registrou uma leve elevação. Entre 1980 e 1996, por exemplo, a taxa de variação média anual destes postos de trabalho foi de 0,66%, bem abaixo da taxa de Países como Cingapura (6,8%), Hong Kong (7,2%), Coréia (8,3%) e Venezuela (1,4%) (OIT,1999).¹

¹ Ibid., 39

Gráfico 5 – Brasil: evolução da participação do emprego de profissionais e técnicos em pesquisa e tecnologia na ocupação total, 1950-1996.



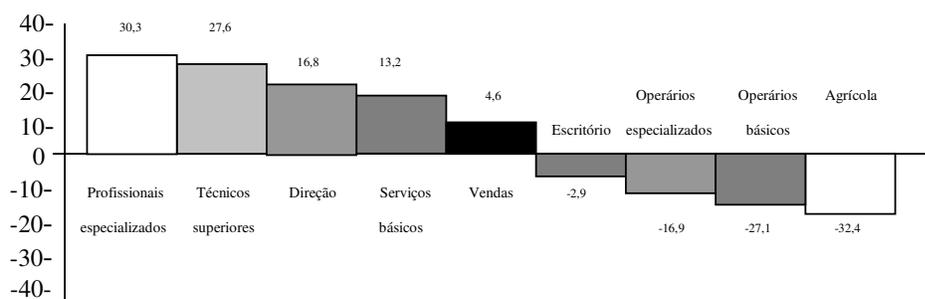
Fonte: OIT, 1999, apud Pochmann (2001).

Diante da difusão de uma nova Divisão Internacional do Trabalho nas duas últimas décadas, o Brasil experimenta uma situação de retrocesso. A economia nacional perdeu sua tradicional dinâmica de alto crescimento econômico sustentado na ampla geração de vagas, restando atualmente a medíocre variação de renda nacional, com a insuficiente criação de postos de trabalho – na maioria das vezes, de baixa qualificação – para todos que desejam trabalhar. Os empregos qualificados foram reduzidos, em parte, pela ampliação das importações, pela ausência de novos investimentos e pela reformulação do setor público, além de pelas baixas taxas de expansão do produto. Nesse cenário de aprofundamento, diante da globalização, dificulta ainda mais a situação dos empregos para os brasileiros. Diante da nova Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada à economia mundial, sob pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho.

A literatura internacional especializada faz referência às tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil, com possibilidade de expansão das que utilizam maior informação, sobretudo aquelas sustentadas por exigências crescentes de escolaridade e qualificação profissional. Os perfis ocupacionais para o início do próximo século tenderiam a estar associados diretamente à crescente **capacitação tecnológica**. Conforme estimativas realizadas pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, as categorias ocupacionais

vinculadas às profissões especializadas e a postos técnicos superiores e de direção deverão aumentar bastante a oferta de vagas e oferecer maiores salários. O trabalho agrícola e os postos de trabalho no chão de fábrica, em compensação, poderão ser as ocupações profissionais que mais diminuirão a oferta de vagas e possivelmente terão menores salários, como demonstra o gráfico 06.

Gráfico 6 - Estimativa de evolução das categorias ocupacionais no ano 2000*



*Occupational Projections and Training Data in the USA, 2005/1980

Fonte: Bureau of Labor Statistics, 1997 (apud POCHMANN, 2001, p.67)

1.2.1 As ocupações profissionais em alta no Brasil

A partir da expectativa de difusão das novas tecnologias sobre a estrutura produtiva, bem como de suas conseqüências para a evolução das categorias ocupacionais nas economias avançadas, tornou-se necessário avaliar qual teria sido a tendência da economia ocupacional no Brasil nos anos 90. Para tanto, investigou-se a evolução do emprego formal segundo as categorias de ocupações profissionais definidas pela CBO (Classificação Brasileira de Ocupações).

Na Tabela 2, a seguir, apresenta-se o registro das 45 ocupações profissionais que mais cresceram nos anos 90. A lista de ocupações mais valorizadas concentra-se nas seguintes atividades econômicas: asseio e conservação, segurança pública e privada, construção civil, professores e funcionários públicos.

As ocupações profissionais mais concorridas no Brasil durante os anos 90 não são aquelas que poderiam ser identificadas com as ocupações modernas (profissionais técnicos,

técnicos superiores e direção). As atividades profissionais que mais recrutam trabalhadores não são aquelas associadas aos setores econômicos que poderiam ser objeto de mudança no conteúdo dos postos de trabalho e, por isso, estariam necessitando de trabalhadores mais qualificados.

Tabela 2 - Brasil – evolução das 45 ocupações profissionais que mais ganharam postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

Categoria ocupacional	Variação absoluta		Variação relativa	
	1986/89	1989/97	1986/89	1989/97
Setor privado				
Trabalho de conservação e limpeza	148.725	458.532	23,8	59,2
Trabalho de construção civil e assemelhados	1.249	258.973	1,5	324,0
Professores de ensino de segundo grau	15.213	119.934	4,4	32,9
Trabalhadores agropecuários polivalentes	104.255	99.477	81,3	42,8
Trabalhadores do comércio e outros	63.086	72.912	32,8	28,6
Cozinheiros e assemelhados	53.228	65.335	26,1	25,4
Trabalhadores de serviços de administração	59.734	56.795	32,3	23,2
Recepcionista	34.347	54.966	26,4	33,5
Professores não classificados	22.322	53.435	20,3	40,4
Garçons, <i>barmen</i> e assemelhados	45.414	43.116	24,3	18,6
Enfermeiros	8.465	27.486	24,8	64,5
Professores de ensino pré-escolar	18.036	27.379	33,0	37,7
Despachante e cobrador de transporte	33.996	26.139	27,5	16,6
Trabalhador de serviço de proteção e segurança	9.905	21.741	37,7	60,1
Trabalhador de pecuária de grande porte	20.019	20.727	90,6	49,2
Padeiros e confeitadores	6.084	20.453	7,2	22,6
Magarefes e trabalhador assemelhado	7.854	20.109	19,8	42,2
Telefonista e telegrafista	9.201	18.365	13,5	23,7
Professores e instrutores de formação	6.963	18.276	32,6	64,6
Analista de sistemas	12.594	16.899	39,3	27,9
Gerentes de empresas não classificados	5.380	16.376	20,6	52,0
Trabalhadores de pecuária de pequeno porte	6.794	16.041	29,4	53,7
Professores de ensino especial	1.158	7.717	24,8	132,5
Técnicos de seguros e comércio externo	471	6.935	32,9	364,4
Trabalhadores de tratamento de madeira	233	6.460	1,8	48,0
Analista de ocupações e assemelhados	2.664	6.316	41,0	68,9
Técnicos desportivos e assemelhados	2.982	5.447	22,9	34,1
Operadores de máquinas e implementos	421	3.022	5,6	37,8
Locutores e comentaristas de rádio e TV	1.194	2.116	15,8	24,1
Nutricionistas e trabalhadores assemelhados	2.290	2.002	33,4	21,9
Diretores de empresas de comunicação	511	1.892	19,6	60,8
Trabalhadores de floricultura	-413	1784	-9,4	44,7
Chigarreiros	364	721	12,1	21,4
Escultores pintores e assemelhados	194	398	15,8	28,0
Atores e diretores de espetáculos	-32	378	-3,1	37,7
Atletas profissionais	-178	367	-8,3	18,7
Agentes de serviços funerários	101	288	9,0	23,5
Setor Público				
Agentes de Administração	26.557	207.457	14,2	97,1
Funcionários superiores	11.027	146.866	3,3	42,2
Funcionários administrativos	-42.091	138.788	-7,9	28,1
Guarda de segurança	128.200	72.999	36,2	13,7
Serventuários da justiça	21.403	43.132	42,0	59,6
Agentes supervisores da polícia	3.389	7418	20,7	37,5
Membros superiores do poder jurídico	1.724	3.290	28,9	42,8
Chefes de serviços de correios e telecomunicações	80	267	6,6	20,7

Fonte MTB/Caged – CBO. Elaboração Própria de Pochmann (200, p.68-69)

1.2.2 As ocupações profissionais em baixa no Brasil

O acompanhamento das categorias ocupacionais que mais estão perdendo postos de trabalho na década de 1990 no Brasil permite identificar que, em tese, são profissões associadas a uma maior exigência de qualificação profissional. São, em grande parte, atividades profissionais vinculadas ao Setor Industrial, que necessitam, em geral, de alguma especialização prévia.

Algumas das ocupações em baixa nos anos 90 já vinham apresentando uma evolução negativa desde a década de 1980, como datilógrafos, operadores de laminação e mineiros. Mas no período recente, as ocupações profissionais que mais perderam postos de trabalho foram as de calçadistas, mestres em manufaturas, carpinteiros, tecelões, torneiros mecânicos, chefes administrativos, entre outros.

A desarticulação de parte das cadeias produtivas, decorrente do processo de reconversão econômica, possivelmente possa ajudar a explicar o porquê de essas ocupações encontrarem-se atualmente em baixa, já que se trata de empregos que exigem maior qualidade profissional do que os postos de trabalho que estão sendo abertos em maior escala no País, em grande parte, tradicionais, com exigência não muito elevada de maior qualificação profissional. Na Tabela 3, pode-se observar a evolução das 45 categorias de ocupações profissionais que mais postos de trabalho perderam nos anos 90.

Tabela 3 - Brasil – evolução das 45 ocupações profissionais que mais perderam postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações-CBO

Categoria ocupacional	Variação absoluta		Variação relativa	
	1986/89	1989/97	1986/89	1989/97
Trabalhadores de calçados	4.416	-47.555	2,0	-21,5
Mestres com manufaturas	5.670	-45.966	3,6	-28,1
Carpinteiros	-3.203	-43.535	-2,4	-32,9
Chefes intermediários administrativos	27.951	-42.839	12,8	-17,4
Torneiros, fresadores e retificados	470	-37.448	0,4	-28,0
Costureiros	-4.799	-34.109	-1,8	-12,3
Datilógrafos estenógrafos e assemelhados	-10.583	-17.630	-13,9	-42,0
Fiandeiras e trabalhadores assemelhados	2.355	-22.629	3,6	-33,5
Desenhistas técnicos	5.305	-21.281	9,4	-34,5
Trabalhadores de fruticultura	36.966	-19.302	100,1	-26,1
Técnicos de eletricidade eletrônica e telecomunicação	19.436	-18.037	22,9	-17,3
Técnicos de mecânica	7.078	-18.058	22,7	-47,3
Montadores de equipamentos eletrônicos	-36	-17.593	-0,1	-35,9
Tecelões	-42	-15.230	-0,1	-42,2
Técnicos de química e assemelhados	7.775	-14.802	24,2	-37,1
Soldadores e exicortadores	307	-14.629	0,3	-14,6
Ceramistas e trabalhadores assemelhados	7.729	-14.436	12,6	-20,8
Trabalhadores de preparação de tecelagem	-92	-14.466	-0,6	-42,5
Trabalhadores de fabricação de produtos de borracha	8.133	-12.846	23,0	-29,6
Chapeadores e caldeiros	3.686	-10.337	7,0	-18,3
Trabalhadores de concretos armado	-2.569	-10.256	-5,8	-24,4
Trabalhadores de preparação de fibras	32	-8.287	0,1	-28,2
Engenheiros mecânicos	2.524	-7.264	13,7	-34,7
Ferramenteiros e moldadores de metais	80	-7.131	0,3	-23,0
Maquinistas e foguistas de locomotivas	2.370	-6826	16,4	-40,5
Vidreiros ceramistas e assemelhados	3.574	-6.632	21,1	-32,3
Fundidores de metais	474	-5.750	2,8	-33,4
Mineiros e canteiros	-4.461	-5.510	-24,0	-39,0
Curtidores de couros e peles e assemelhados	4.369	-5.119	17,8	-17,7
Alfaiates, costureiros e modistas	-1.452	-5.057	-7,5	-28,1
Trabalhadores de madeira e fabricação de papel e papelão	1.999	-4.725	8,1	-17,7
Joalheiros e ourives	-1.800	-4.132	-13,3	-35,3
Forneiros metalúrgicos	714	-4.045	5,3	-28,7
Operadores de laminação	-6.206	-3.628	-32,2	-27,8
Sapateiros	-3.719	-3.317	-27,3	-33,4
Tecelões de malhas	141	-3.105	1,1	-23,7
Técnicos têxteis	755	-2.230	28,5	-65,5
Sondadores de poços de petróleo e gás	-874	-2.118	-16,8	-48,9
Pescadores industriais	-1.119	-1.638	-22,5	-42,6
Engenheiros metalúrgicos	1.218	-1.620	48,8	-43,6
Operadores de coqueria	597	-1.016	39,0	-47,7
Chapeleiros	-269	-973	-14,8	-63,1
Ortopedistas e ópticos	-1.275	-902	-33,3	-35,4
Gravadores de vidro	-59	-824	-4,8	-70,5
Confecionadores de instrumentos musicais	-317	-701	-12,6	-32,0

Fonte: MTb/Rais/Caged –CBO, Pochmann (2001,p.71)

O Brasil tem muito a avançar em relação ao trabalho, qualificação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico, pois até agora não conseguiu construir uma política pública de trabalho capaz de enfrentar adequadamente as novas bases do problema do desemprego e seus reflexos na economia. O País possui algumas instituições e programas voltados para o mercado de trabalho, tais como: o SINE, o seguro desemprego, porém sem capacidade de atuação de maneira articulada e integrada no acolhimento do desempregado, o que limita a sua efetividade e sua eficácia.

Assim, a implantação de um serviço público ao desempregado seria peça fundamental no estabelecimento de uma nova política do trabalho no País, pois, dessa forma, se abririam espaços para ações integradas no campo da assistência social, por meio de centros específicos de atendimento humano, que deveriam contar com restaurantes, dormitórios, banheiros e postos de saúde públicos. Ao mesmo tempo, uma agência especial para o emprego deveria fortalecer e unificar os seguintes serviços: (i) definição vocacional e intermediação de mão-de-obra; (ii) atendimento dos benefícios sociais; (iii) formação e qualificação dos trabalhadores; e (iv) operacionalização de linhas de crédito popular.

Apesar de todas essas iniciativas serem necessárias, elas não são suficientes para reverter o fenômeno do desemprego em massa. É sempre fundamental destacar a urgência do estabelecimento de um plano nacional de compromisso com a produção e o emprego, por meio do desenvolvimento econômico e social sustentado.

De outra parte, a existência de certa superposição de órgãos, ministérios e instituições não apenas contribui para uma aplicação um tanto inadequada dos recursos como retira eficácia dos instrumentos direcionados ao mercado de trabalho. Um exemplo disso são as instituições voltadas à qualificação e ao treinamento profissional, que atuam, muitas vezes, sem grande articulação entre si e de forma segmentada, gerando eficácia reduzida, ou seja, o impacto causado ao mercado de trabalho e os reflexos na economia do País tornam-se pouco expressivos. Assim sendo, programas de treinamentos associados seriam fundamentais tanto

para o desempregado quanto para o trabalhador sob o risco de demissão, como forma de atenuar a fragilização socioeconômica.

Por fim, cabe destacar a necessária introdução de um sistema democrático de relações de trabalho, que também poderia contribuir para evitar a maior precarização do trabalho, a rotatividade e os escassos compromissos na ocupação com as metas de produção e venda. A contratação coletiva de trabalho mais centralizada possível tenderia a impor maior responsabilidade às entidades empresariais e sindicais, sobretudo no que diz respeito à qualificação profissional, à ampliação do tempo de serviço na mesma empresa e à redução da informalidade.

A inexistência de um sistema democrático de relações de trabalho, com base na contratação coletiva, na liberdade sindical e na presença de organização operária no local de trabalho, possibilita a permanência de formas autoritárias de gestão do trabalho, descompromissadas, muitas vezes, com a quantidade e a qualidade dos empregos criados. Por isso, quanto mais fragmentado e descentralizado o sistema de negociações coletivas, maior a possibilidade de os frutos do crescimento econômico serem inadequadamente distribuídos.

1.2.3 Educação profissional no Brasil

A experiência brasileira relativamente longa de educação e formação profissional, introduzida ainda na década de 1940, permitiu consolidar um dos principais modelos de qualificação dos trabalhadores na periferia do capitalismo mundial. A montagem de grandes programas de formação profissional, por intermédio de corporações patronais setoriais que captassem recursos compulsórios e os aplicassem autonomamente, representou um passo adicional no projeto nacional de industrialização.

Em parte, o País já havia passado – no século XIX – por experiências pontuais de aprendizagem profissional, na tradição dos colégios fabris, dos liceus de artes e ofícios e das

escolas de aprendizes de artífices. Todas essas iniciativas, no entanto, resultaram em baixa eficácia diante de seu deslocamento estrutural com o processo de desenvolvimento nacional.

Deve-se lembrar que, até então, a mão-de-obra mais qualificada era estrangeira, enquanto a dinâmica do desenvolvimento localizava-se nas atividades agroexportadoras. Somente na década de 20, com o surgimento de escolas de formação vinculadas à dinâmica de demanda de mão-de-obra, por meio das experiências das escolas ferroviárias e da profissão de mecânica de máquinas agrícolas, concebidas por Roberto Mange, o Brasil terminou por se aproximar da concepção norte-americana de ensino industrial.

A implementação da aprendizagem profissional setorial, no governo Vargas, buscou oferecer alguma qualificação profissional paralelamente às necessidades de contratação dos empresários nas atividades urbanas mais dinâmicas. Não há consensos sobre a eficácia dos programas de formação desenvolvidos; todavia, parece não haver dúvidas quanto ao compromisso com o adestramento de trabalhadores não-qualificados em tarefas simples, sobretudo na incorporação da metodologia taylorista de organização do trabalho no Brasil.

Tabela 4 – Brasil: estrutura da educação profissional

Organização	Duração	Financiamento	Característica
Universidades e escolas técnicas (governos federais, estaduais e municipais)	Longa	Orçamento público	Aprendizagem formativa, tendo o Estado como guia
Formação setorial: indústria (Senai), comércio (Senac), Agricultura (Senar) e transporte (Senat)	Média e curta	Parafiscal (encargo social inserido no custo do trabalho assalariado)	Aprendizagem formativa com centralidade na escola
Formação diversa	Curta	Recursos do faturamento das empresas (PIS/PASEP, como base do FAT) e grandes empresas	Aprendizagem formativa com objetivo complementar

Fonte: Pochmann (2001)

Além dos cursos de formação de curta e média durações (ver Tabela 4) realizados por institutos setoriais (Senai, Senac, Senat, Senar), cabe ao governo a difusão de cursos técnicos de longa duração (escolas federais e estaduais e universidades), compatíveis com o

sentido do desenvolvimento de uma economia tradicional. Mais recentemente, uma ação desenvolvida pelo Ministério do Trabalho, articulada com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, ganhou importância destacada na promoção de cursos de formação de curta duração, como parte integrante das políticas públicas de emprego.

Com isso, o País conta com um modelo de formação profissional ancorado em bases organizacional e financeira distintas, que tendem a operar com características diferenciadas e sem articulação. Sem a centralização e a articulação de suas ações, o modelo de formação profissional absorve algo como 0,6% do Produto Interno Bruto, sendo a maioria dos recursos orientada para as ocupações formais e urbanas. Somente o programa de formação da indústria manipula, isoladamente, a maior quantidade de recursos, estimada em quase 0,1% do PIB brasileiro.

Com as recentes transformações na economia nacional, desde 1990, podem ser percebidos sinais de inadequação do antigo modelo de formação profissional. Por um lado, o País continua comprometendo recursos com programas setoriais de formação profissional, mesmo que determinados setores econômicos se apresentem como destruidores líquidos de postos de trabalho.

A indústria de transformação parece ser um exemplo disso, pois se mantém incluída no programa de formação profissional do Setor Industrial (Senai), apesar de ser foco de transformações substanciais na estrutura ocupacional. Tem perdido participação absoluta e reativa no total dos postos de trabalho, sem que isso repercuta, necessariamente, em uma revalorização dos dispêndios e das estratégias com a formação profissional do ponto de vista nacional.

Diante disso, a reavaliação do atual modelo de formação profissional setorializado torna-se cada vez mais necessária, em termos de resultados, mais especificamente quanto a eficácia, eficiência e efetividade. Como se ressaltou anteriormente, tem crescido no País a

importância do desemprego e das ocupações no chamado setor informal, como traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

No Brasil dos anos 90, um novo modelo de educação profissional decorrente da diversidade das ocupações atuais precisaria ser construído. Uma estratégia renovada de formação da força de trabalho precisaria levar em consideração, pelo menos, três condições. **A primeira** envolve a *repactuação* entre todos os segmentos que atuam com a formação profissional (Centros de Formação, Escolas Técnicas e Universidades) em torno de um novo modelo em construção de política pública para o trabalho.

A segunda condição diz respeito à *monitoração* e a *observação* dos atuais resultados do modelo de formação profissional diante dos desafios recentes das transformações da economia brasileira, com o estabelecimento de metas de efetividade, eficácia e eficiência dos programas de qualificação e treinamento. A terceira condição refere-se ao *envolvimento dos atores* (setores empresarial, governamental e trabalhadores) no desenho do novo modelo de formação, culminando na melhor transição do sistema de educação para o setor produtivo, assim como integrar e articular as ações públicas para o mercado de trabalho com o desenvolvimento econômico. Sem a presença de um programa de geração de emprego e renda, articulado ao projeto de desenvolvimento econômico sustentado, os esforços de capacitação profissional tendem a perder eficácia e eficiência.

2 REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DO MARANHÃO: ANÁLISE E PERSPECTIVAS

2.1 Análise sócio-econômica

Tendo em vista que o foco deste estudo está vinculado à capital do Maranhão, considerou-se importante a inclusão de uma análise sócio-econômica do Estado, o que deverá servir como referência quando da avaliação dos resultados da pesquisa de campo realizada no último trimestre de 2002 e primeiro semestre de 2003 no setor Industrial de São Luís- MA. Nesse sentido, utilizaram-se dados como população, PIB, renda, condições de educação e de saúde.

Na apresentação dos dados, duas perspectivas foram consideradas. A primeira, sob a ótica de um dos Estados de renda mais concentrada. Na segunda, destaca-se o Estado como um dos que mais crescem no Nordeste, sendo o segundo exportador dessa região e o décimo primeiro do Brasil.

Essa primeira visão de ser um dos Estados de renda mais concentrada, apresentando indicadores insatisfatórios no que se refere a renda, educação e saúde, é resultado de séculos de pobreza, exclusão social, escravismo, monocultura, latifúndio e ausência de capacitação gerencial e de mão-de-obra qualificada. Em síntese, uma estrutura sócio-econômica precária, agravada pela ausência de políticas públicas voltadas para desconcentração de renda e melhoria dos níveis de rendimento do trabalhador.

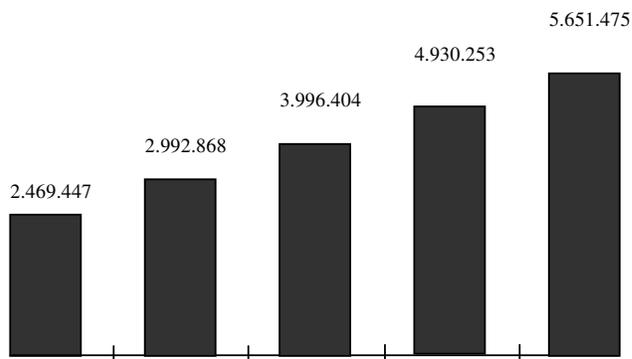
Tendências demográficas

Evolução da população do Maranhão

De acordo com o relatório Tendências Demográficas (IBGE). Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2000. Volume 9 – Maranhão, a série dos Censos de 1960 até 2000, que cobre um período de 40 anos, mostrou que a população vem experimentando sucessivos aumentos em seu contingente, tendo crescido quase duas vezes e meia. A maior aceleração de aumento da população do estado ocorreu durante a década de

1970. O período seguinte, 1980-1991, ainda apresentou um elevado padrão de crescimento e posteriormente, teve início um processo de desaceleração do crescimento, atingindo um incremento de 721 mil pessoas (14,63%), no período de 1991-2000, representando 13,75% do volume da região.

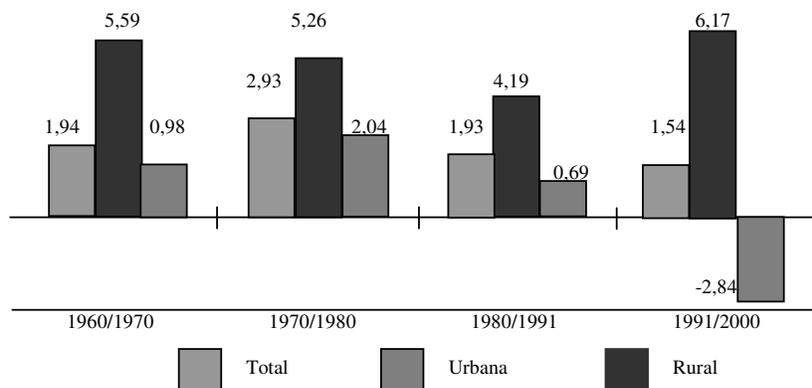
Gráfico 7 – População residente – Maranhão – 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

No período de 1991-2000, a taxa média geométrica de crescimento anual, 1,54%, continuou declinando, o que acompanha a redução da taxa de crescimento da população brasileira, tem como explicação a continuidade do declínio da fecundidade durante os anos noventa. O ritmo de crescimento do Estado, no último período intercensitário, 1991-2000, ficou acima da taxa da Região Nordeste, 1,31%.

Gráfico 8 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, por situação do domicílio – Maranhão – 1960/2000



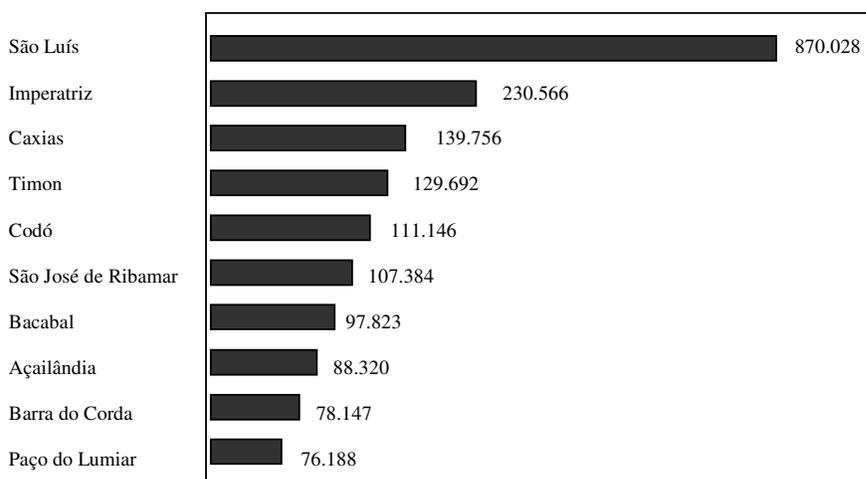
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

A participação relativa da população do Estado no total do País, revelada pelo Censo Demográfico 2000, foi de 3,33% e de 11,84% em relação ao total da Região.

População dos municípios

Os municípios mais populosos do Estado, em 2000, concentravam em conjunto 34,03% da população total do Estado, e a participação da Capital dentre os dez mais populosos correspondia a 45,24%.

Gráfico 9 – Municípios mais populosos – Maranhão – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

PIB Per Capita

Com base em dados da Síntese dos Indicadores Sociais 2000 (IBGE), observa-se uma baixa taxa de crescimento do PIB, o que inviabiliza grandes investimentos nas funções de Saúde, Educação e Assistência Social, para uma melhoria da qualidade de vida (IDH), conforme demonstrado abaixo.

PIB per capita (Taxa de crescimento)

<u>Maranhão</u>	9,8%	Nordeste
<u>Alagoas</u>	21,5%	19,2%
<u>Sergipe</u>	19,2%	Brasil
<u>Ceará</u>	18,3%	18,8%
<u>Piauí</u>	16,8%	

PIB PER CAPITA (em R\$)**Renda familiar**

De 1992 a 1999, o percentual de famílias vivendo com menos de meio salário mínimo *per capita* caiu em todo o País. O Maranhão foi o único Estado em que esse contingente de pobres cresceu.

Renda Familiar (1992 a 1999)

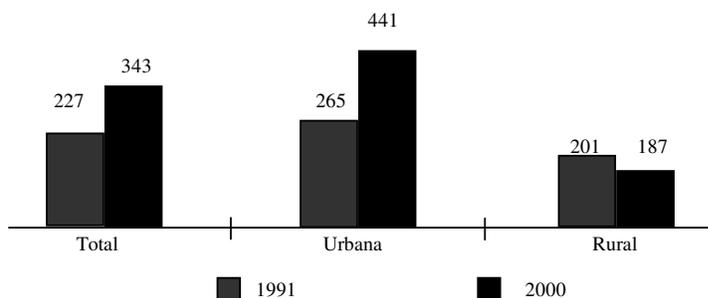
	1992	1999
Maranhão	35,8%	49,1%
Alagoas	44,8%	43,6%
Sergipe	42,5%	33,4%
Ceará	49,9%	40,8%
Piauí	57,3%	47,7%
Nordeste	45,1%	33,4%
Brasil	25,9%	25,2%

Fonte: IBGE – PNAD

O rendimento do responsável pelo domicílio corresponde a uma parcela importante do rendimento domiciliar. Entretanto, até a última década essa parcela do rendimento familiar vem perdendo sua importância relativa em função do ingresso de outras pessoas na composição do rendimento do domicílio. A maior concentração de responsáveis pelo domicílio apresentou-se na faixa entre ½ a 1 salário mínimo.

Na comparação entre 1991 e 2000, com resposta do valor do rendimento real médio mensal dos responsáveis pelos domicílios, foi observado que a variação relativa atingiu 51,10%, tendo a área rural variação relativa negativa à da área urbana.

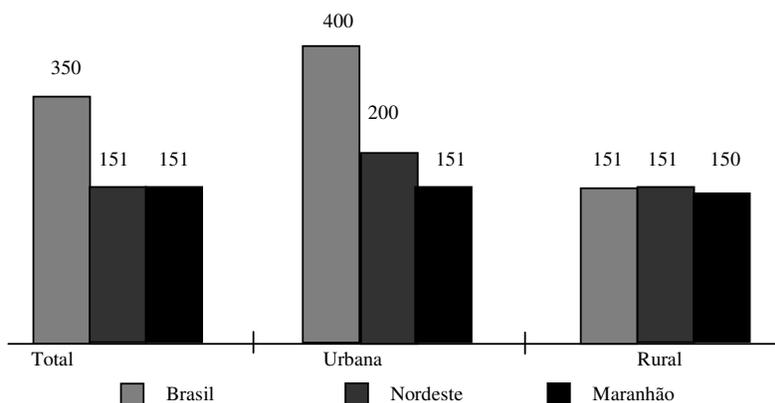
Gráfico 10 – Valor do rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio – Maranhão – 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Quando se analisou, para a Região e o Estado o valor do rendimento nominal mediano mensal, segundo a situação do domicílio de residência dos responsáveis pelo domicílio, observou-se que a Região e o Estado apresentaram valores medianos em ordem decrescente na área urbana, na rural permanecendo no mesmo patamar.

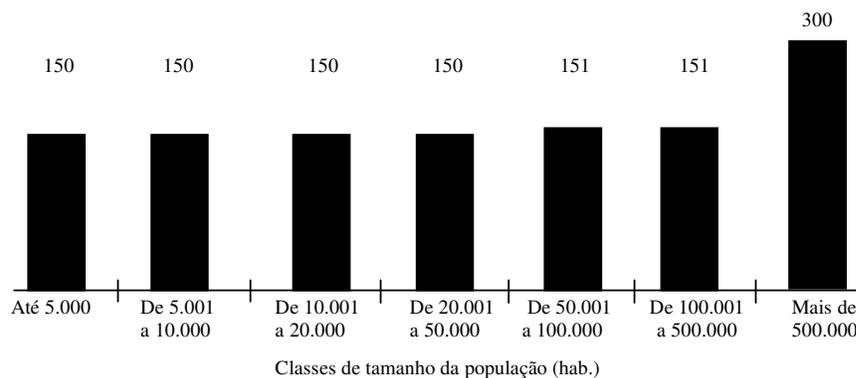
Gráfico 11 – Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanecendo em áreas selecionadas, por situação do domicílio – Maranhão – 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

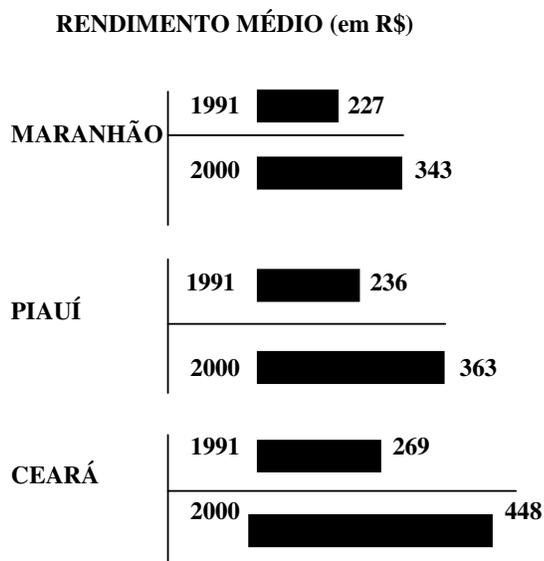
Considerando-se o valor do rendimento nominal mediano mensal, segundo as classes de tamanho da população dos municípios, foi observado que os maiores valores de rendimento mediano estão concentrados nos municípios com mais de 500 mil habitantes, e o rendimento mediano mais baixo foi observado nas classes entre 2 e 50 mil habitantes.

Gráfico 12 – Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por classes de tamanho da população dos municípios – Maranhão – 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Essa realidade é decorrente do baixo crescimento do PIB, que por sua vez traz como conseqüência desemprego, aumento da crise social e perda de renda da população economicamente ativa. O quadro abaixo mostra o Maranhão comparado aos Estados do Piauí e Ceará.



A Síntese de Indicadores Sociais 2002 (IBGE) confirma que o traço mais marcante da sociedade brasileira é a **desigualdade**. A melhora dos indicadores foi generalizada, sobretudo os de saúde, educação e condição dos domicílios, mas a distância entre os extremos ainda é muito grande. Na desigualdade por gênero, as mulheres ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. Elas também se apresentam em menor proporção que os homens e há mais mulheres idosas que não recebem nem aposentadoria nem pensão.

De acordo com os dados do IBGE, na grande São Luís-MA, predomina a jornada de trabalho 40 a 44 horas semanais (98.863), oficializada, via Sindicato, como jornada do setor comercial, que corresponde a 27,26% do total de horas trabalhadas (362.547), em seguida, aproximadamente 17% (60.026) que corresponde a 45 a 48 horas semanais e na terceira posição, entre 30 a 39 horas (predominante no setor público Estadual), com 12,12%, como mostra a Tabela de nº 5.

TABELA 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos – 2000

		Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
Região Metropolitana	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos						
		Até 14 horas	15 a 29 horas	30 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Não determinados
Grande São Luís	362.547	10.346	39.911	43.966	98.863	60.026	30.882	4.843

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

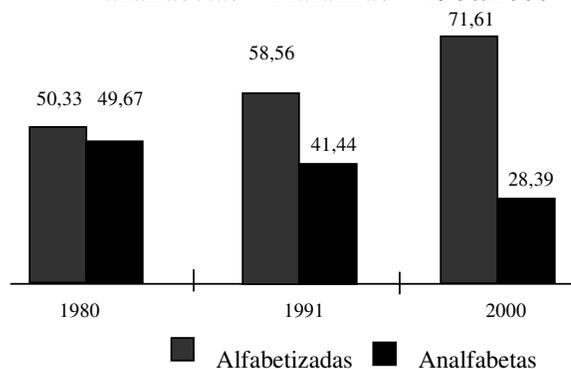
Evolução da alfabetização

Para efeito da pesquisa do Censo Demográfico 2000, o alfabetizado era a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, considerando-se também a pessoa alfabetizada aquela que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. A manutenção nos Censos Demográficos da pergunta “Sabe ler e escrever ou Não sabe” deve-se ainda, em Países em desenvolvimento, à necessidade de identificar a

população analfabeta em função de sua importância numérica e da vulnerabilidade desse grupo (CHACKIEL, 1999).

Nesse sentido, o Censo Demográfico 1980 revelava, para o conjunto de pessoas de 15 anos ou mais de idade, um percentual de alfabetizados e analfabetos em torno de 50,00%. A partir daí, esse percentual foi se reduzindo ao longo dos censos, até o período de 1991-2000 quando apresentou o maior declínio (31,49%) em relação ao período intercensitário anterior.

Gráfico 13 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas e analfabetas – Maranhão – 1980/2000- %



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991, 2000
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Condições de Saneamento e Saúde da População

Características dos domicílios

O levantamento das características dos domicílios, através dos Censos Demográficos, permite o conhecimento das condições gerais de habitabilidade analisadas pelas condições de moradia e, principalmente, pelo acesso aos serviços de infra-estrutura do saneamento básico.

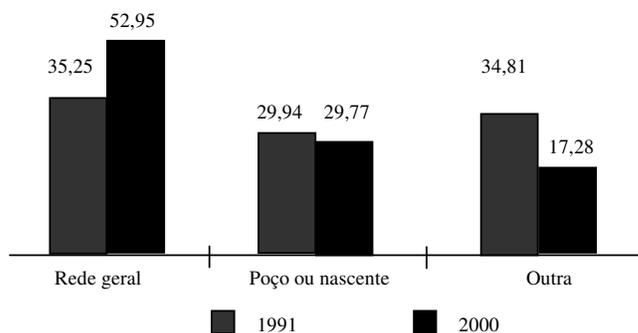
Abastecimento de água, existência de banheiro e esgotamento sanitário

Um sistema conveniente de distribuição de água potável, para consumo humano, é de vital importância para a saúde da população. Nos levantamentos censitários, o

abastecimento de água sempre foi classificado de acordo com a fonte fornecedora e a existência ou não de distribuição interna do domicílio.

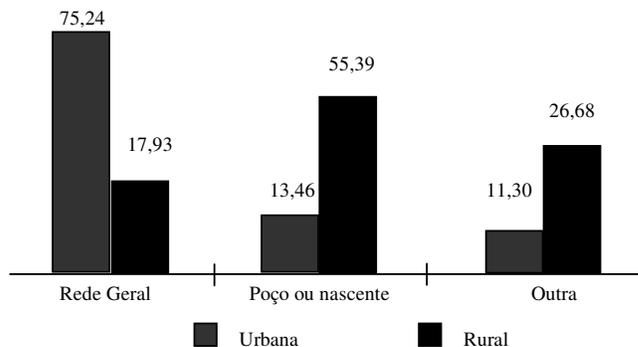
O Censo Demográfico 2000 revelou que, do total de domicílios particulares permanentes investigados, 52,95% estavam ligados à rede geral de distribuição de água e, destes, 30,67% possuíam canalização que levava água ao interior de, pelo menos, um dos cômodos da residência, sendo que 22,29% correspondiam àqueles que não contavam com pontos de água dentro da moradia.

Gráfico 14 - Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a forma de abastecimento de água – Maranhão – 1991/2000 - %



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991/2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Gráfico 15 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo a forma de abastecimento de água – Maranhão – 2000 - %



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Mortalidade infantil

Entre 1992 e 1999, o Maranhão, embora tenha reduzido a mortalidade infantil em 16,9%, ficou abaixo da média nacional, regional e de Estados com economia semelhante.

<u>Maranhão</u>	16,9%	Nordeste 18,7%
<u>Piauí</u>	36%	
<u>Alagoas</u>	26,5%	Brasil 21,8%
<u>Sergipe</u>	24,1%	
<u>Ceará</u>	10,7%	

Essa mortalidade infantil ainda alta é decorrente, dentre outros fatores, de uma ausência de saneamento básico e uma forte exclusão social dos segmentos menos favorecidos, bem como de uma forte concentração de renda.

No entanto, embora considerando-se essa realidade, é observado também que o Maranhão passou a vivenciar uma nova fase a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX. Acompanhando as políticas de desenvolvimento regional, adotadas principalmente pelo governo federal, àquela época, começa a florescer no Estado um setor industrial moderno, utilizando grande quantidade de capital e tecnologias avançadas.

Pelo menos do ponto de vista econômico, o Estado do Maranhão apresentou uma performance das melhores, durante as duas últimas décadas do século XX. Suas taxas de crescimento econômico, embora muito irregular, foram, em média, superiores às taxas obtidas pela economia da região Nordeste. Ao lado desses aspectos, a expansão alcançada em nível local foi grandemente superior àquela alcançada pela própria economia brasileira. Com isto, a economia maranhense pôde aumentar sua participação na formação tanto do PIB regional quanto do PIB nacional, tendo como fato mais importante, ao longo deste período, o bom desempenho do setor externo, tomando por base os anos 80 e 90. Nesta fase, o Maranhão conseguiu, entre outras coisas, aumentar a sua participação nas exportações, tanto em relação ao Nordeste quanto em relação ao Brasil. Também cresceu a participação das exportações no Produto Interno Bruto estadual, mostrando um crescimento orientado para fora.

O PIB *Per capita* passou de R\$ 1.832,00 em 1994, para R\$ 2.451,90 em 1998, o índice de crescimento 5,26% superou a média de crescimento do Nordeste (2,36%), sendo que o setor agropecuário apresentou índice médio de 16,0%. O consumo de energia elétrica per capita cresceu 9,4% entre 1996 e 1998 e a arrecadação do IPI subiu 15,6% no mesmo período. O saldo na Balança Comercial foi positivo, atingindo a cifra de US\$ 263,6 milhões, sendo o maior entre os estados do Nordeste.

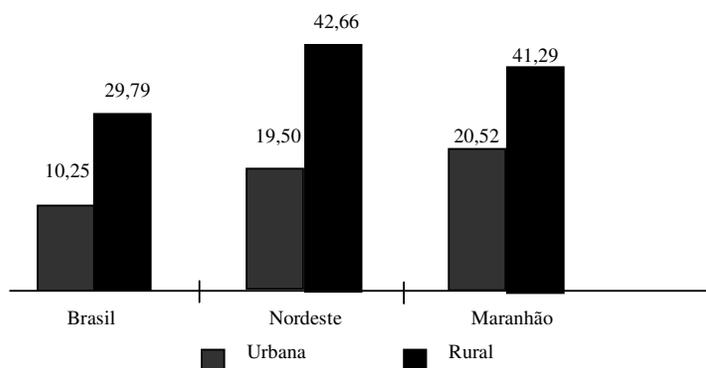
Em 1999 a exportação no Maranhão atingiu o volume de US\$ 630,7 milhões, havendo um crescimento de 4,12% em relação a 1998, sendo a Capital Maranhense (São Luís) o maior exportador com US\$ 554,1 milhões, correspondendo 16,2% das vendas para o exterior dos municípios onde atuava a SUDENE, com destaques para alumínio (54,2%), alumina calcinada (54,9%) e alumínio em forma bruta (8,9%), sendo os municípios mais exportadores São Luís-US\$ 196,6 milhões, Açailândia-US\$ 51,9 milhões e Balsas-US\$ 13,6 milhões.

Avanços significativos também se observam nos indicadores sociais, conforme indicados a seguir.

Cai o analfabetismo e sobe a escolarização

As taxas de analfabetismo no Estado vêm decrescendo nas últimas décadas. Em 2000, essa taxa calculada para pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 28,39%, superior à média apresentada pela Região Nordeste, 26,20%. Quando se analisou o analfabetismo, segundo a situação do domicílio, observou-se que a taxa para o Estado na área urbana atingiu 20,52%, enquanto na área rural foi duas vezes mais. Portanto, a dicotomia entre o urbano e o rural ainda é bem acentuada.

Gráfico 16 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em áreas selecionadas, por situação do domicílio – Maranhão – 2000



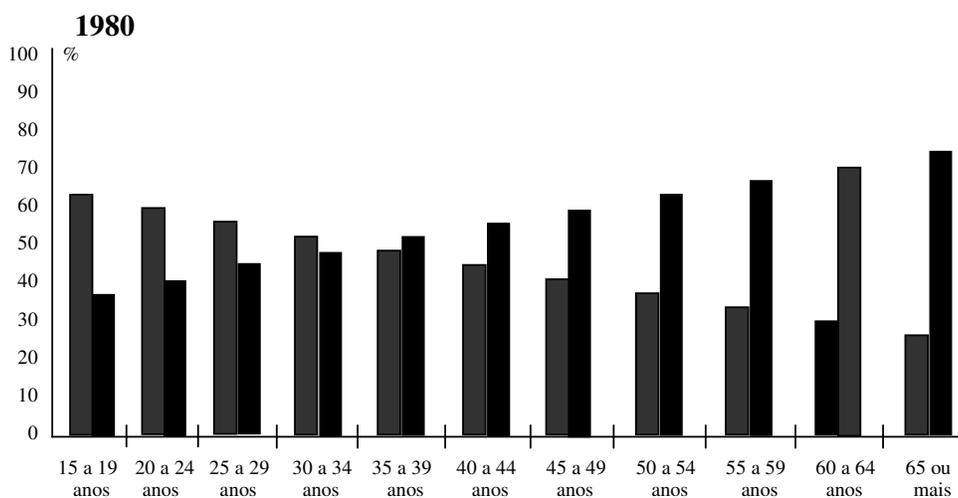
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

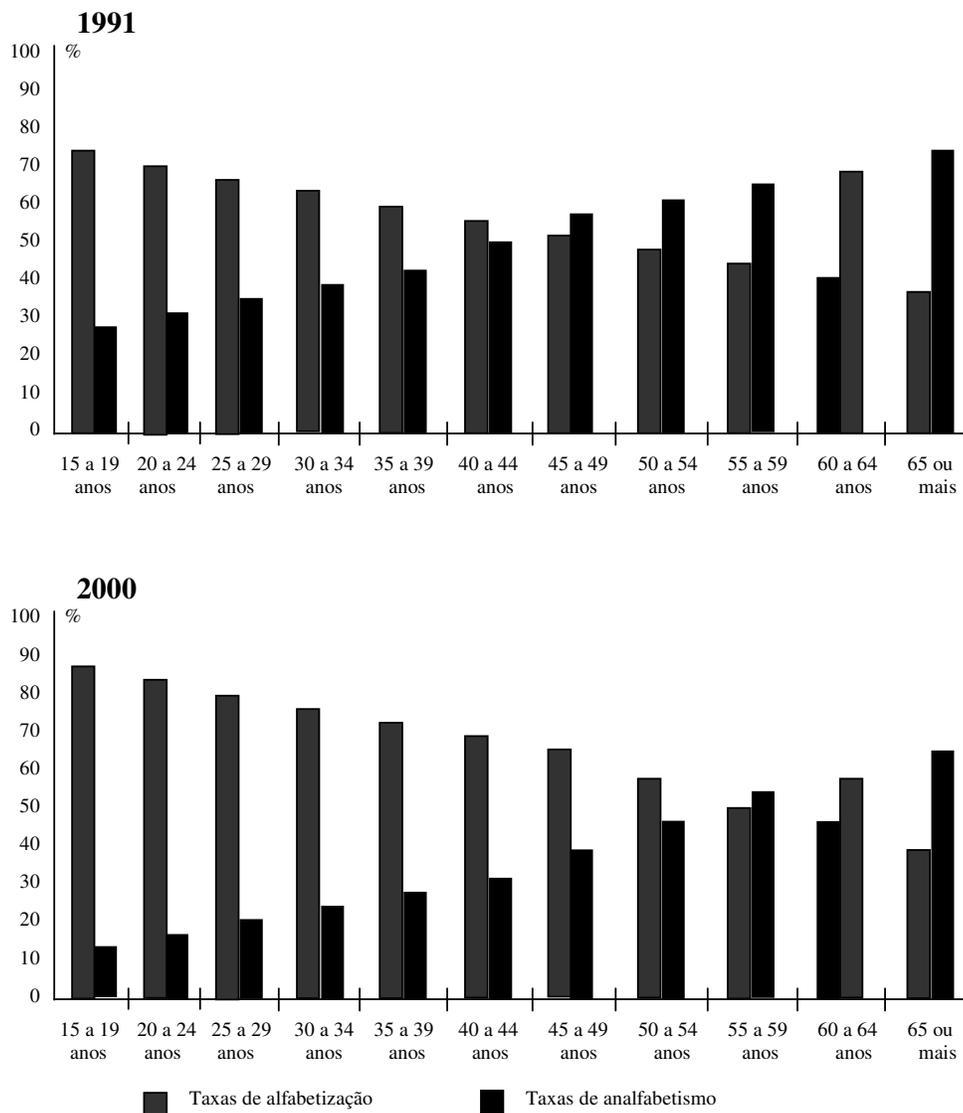
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Taxas de alfabetização e analfabetismo

Nas taxas de alfabetização/analfabetismo por grupos de idade, observou-se que as gerações mais velhas apresentam as maiores taxas de analfabetismo. Esse comportamento está normalmente associado às maiores oportunidades de alfabetização/escolarização que as gerações mais novas dispõem em comparação com as oferecidas há algumas décadas atrás.

Gráfico 17 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade – Maranhão – 1980/2000





Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

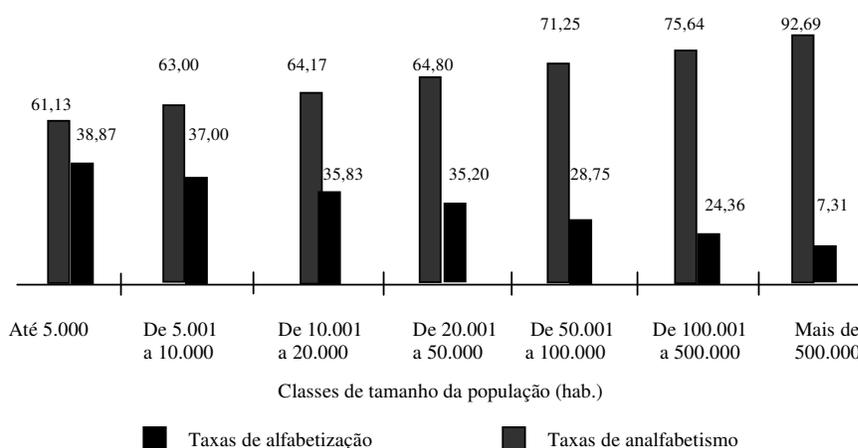
Contingente de analfabetos e crescimento

O contingente de analfabetos de 15 anos ou mais de idade no Estado diminuiu em 135.750 pessoas, no período de 1991-2000, enquanto no período de 1980-1991 o contingente incrementou-se em 61.194 pessoas.

Alfabetização e analfabetismo por classes de tamanho da população dos municípios

Para melhor aprendermos as disparidades que particularizam o Território Nacional, no que tange ao analfabetismo, utilizaram-se indicadores em nível municipal, visando a fornecer o retrato mais próximo da realidade atual (COSTA, PEREIRA, 1995). Assim, ao se reratar pelas classes de tamanho da população dos municípios, como forma de dimensionar o avanço educacional da população, destaca-se que os municípios com população até 5 mil habitantes são os que detêm menor taxa de alfabetização.

Gráfico 18 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios – Maranhão – 2000 - %

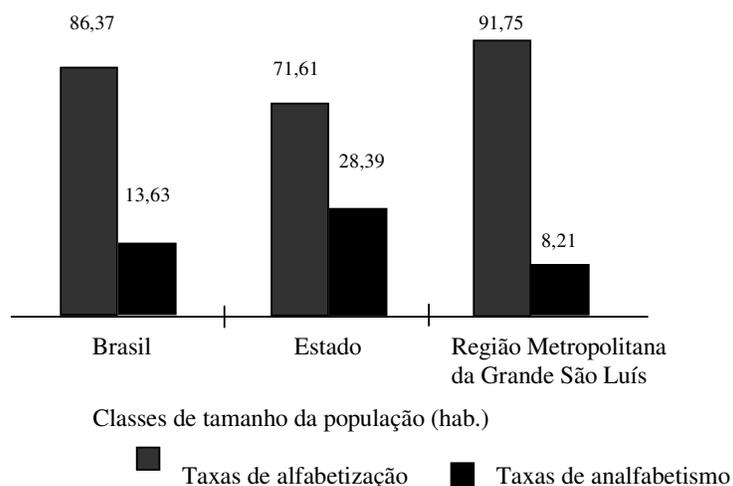


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

O nível educacional da população do Estado continua em ascensão, embora a proporção de analfabetos ainda seja relativamente elevada. A cobertura do sistema educacional do Estado vem se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola, principalmente na área metropolitana, onde os níveis de analfabetismo são os menores na análise do espaço territorial geográfico.

Gráfico 19 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos ou mais de idade, em áreas selecionadas – Maranhão – 2000 - %



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Em termos comparativos, a queda do analfabetismo entre 1992 e 1999 foi menor que na média nacional, mas boa na comparação com outros Estados de porte semelhante, de acordo com dados do IBGE e Pnad de 1992/1999 – Síntese dos Indicadores Sociais 2000, demonstrado abaixo.

Queda do Analfabetismo (1992/1999)

<u>Maranhão</u>	18,2%	Nordeste	18,7%
<u>Ceará</u>	19,4%		
<u>Piauí</u>	14,1%		
<u>Sergipe</u>	10,7%	Brasil	22,7%
<u>Alagoas</u>	8,4%		

Fonte: IBGE – Pnad

Sobe a escolarização

O número de crianças entre 7 e 14 anos matriculadas nas escolas aumentou no Maranhão. O desempenho está acima da média nacional e da do Nordeste, mas aquém da de alguns Estados do mesmo porte, demonstrado a seguir:

Sobe a escolarização

<u>Maranhão</u>	21,7%	Nordeste 18%
<u>Alagoas</u>	25%	
<u>Piauí</u>	23,5%	Brasil 10,5%
<u>Ceará</u>	17,3%	
<u>Sergipe</u>	8,7%	

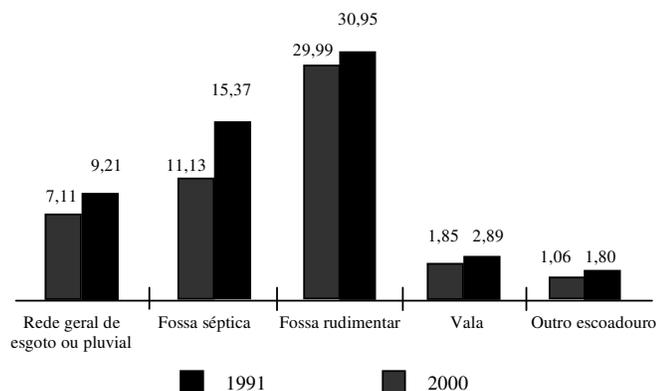
Fontes: IBGE e Pnad

Com o crescimento do PIB nesse período, com maior possibilidade de um incremento de receita no Estado e tendo o setor educacional a obrigatoriedade de aplicar 25% do orçamento estadual, foi proporcionada a melhoria da educação com a queda do índice de analfabetismo.

Melhoria no saneamento e no esgotamento sanitário

Em relação à existência de banheiro sanitário no domicílio, terreno ou propriedade, e do seu tipo de escoadouro, 24,57% dos domicílios tinham acesso à rede geral de esgoto ou pluvial e estavam ligados à fossa séptica, o que correspondeu a um crescimento de 34,78% em relação ao Censo Demográfico 1991.

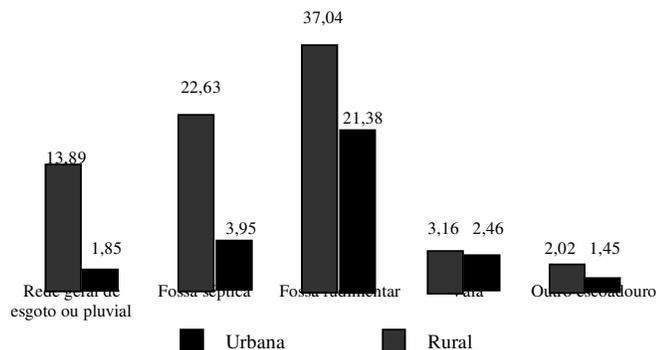
Gráfico 20 - Proporção de domicílios particulares permanentes com existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário – Maranhão – 1991/2000 - %



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Gráfico 21 - Proporção de domicílios particulares permanentes com existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário, por situação do domicílio – Maranhão – 2000 - %



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Relatório de Tendências Demográficas – Volume 9. Maranhão.

Em termos comparativos, o número de domicílios com saneamento básico cresceu muito acima da média nacional e da dos outros Estados entre 1992 e 1999

<u>Maranhão</u>	41%	Nordeste
<u>Ceará</u>	21,8%	14,5%
<u>Piauí</u>	19,5%	
<u>Sergipe</u>	17,2%	Brasil
<u>Alagoas</u>	5,2%	7%

Com esse crescimento em saneamento básico, evidenciou-se uma favorável melhoria da Qualidade de Vida, observada mediante redução da mortalidade infantil entre 1992 e 1999.

2.2 Perspectivas sócio-econômicas do Maranhão

Com base no sumário executivo de **Identificação de Oportunidades de Investimentos no Estado do Maranhão**, da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – GEPLAN, realizado pelo Consórcio Kingsley – Rosemberg em 2001, consideramos algumas análises, conclusões e projeções econômicas.

O processo de desenvolvimento econômico e social do Maranhão ao longo das últimas décadas revela um Estado que se apresenta:

- Em transição demográfica, com redução da taxa agregada de crescimento da população e urbanização crescente, mas ainda não consolidada;
- Com uma dinâmica econômica favorável, tendo logrado reduzir a disparidade dos indicadores em relação não só à média nacional como também à da região Nordeste, conforme dados apresentados, quando medido através do desempenho do PIB estadual;
- Com um quadro social que mostra consideráveis progressos obtidos durante os últimos oito anos, mas que ainda é preocupante, em boa parte devido à baixa renda *per capita*.

De acordo com o Censo 2000, a população total do Estado era de 5,64 milhões de habitantes, correspondente a 3,33% da população do Brasil e 11,83% da população do Nordeste.

O PIB do Maranhão em 2000 está estimado em R\$ 17,55 bilhões, cifra que corresponde a apenas 1,7% do PIB brasileiro e a 9,7% do PIB agregado da região Nordeste, bem abaixo, portanto, das proporções correspondentes à população. Com isso, o PIB per capita do Maranhão naquele ano era de R\$ 3.113, cerca de 81,6% do PIB per capita médio do Nordeste e apenas 50% do PIB per capita médio do País.

No ano 2010, o Estado terá uma população de 6,28 milhões, pouco superior à população atual do Pará correspondendo a 11,7% da população nordestina e 3,26% da população brasileira. Quanto ao grau de urbanização, o mesmo subirá para 0,68%, cifra que corresponde à situação atual da Bahia; continuará sendo, entretanto, ainda o mais baixo entre todos os Estados do Brasil.

O PIB do Maranhão em 2010 está estimado em R\$ 33,667 bilhões, em reais constantes de 1999, número que reflete uma taxa de crescimento real na década 2000-2010 de 6,7% ao ano, bem acima do crescimento do Nordeste e do País. Assim, em 2010, o PIB do Maranhão evoluirá para alcançar cerca de 11,3% do PIB nordestino e 2,1% do PIB brasileiro.

Em consequência, o PIB per capita do Estado será de R\$ 5.359, sempre em reais constantes de 1999, praticamente igualando o PIB per capita médio do Nordeste e correspondendo a 63% da média brasileira.

O Maranhão apresenta enormes potencialidades decorrentes de inúmeros fatores competitivos extremamente favoráveis, entre os quais merecem destaque:

- As excelentes condições edafo-climáticas para o aproveitamento agropecuário;
- As belezas naturais únicas e um patrimônio histórico-cultural, que delineiam uma vocação para o turismo;
- A biodiversidade, que propicia a transformação das restrições ambientais em oportunidades;
- A localização estratégica em relação aos grandes centros produtores minerais da Amazônia Ocidental e agrícolas do cerrado brasileiro e aos mercados externo e nordestino;
- Uma moderna infra-estrutura multimodal de transporte de alta capacidade;
- Os grandes investimentos já implantados no Estado nas últimas décadas.

A estratégica localização geográfica do Porto do Itaqui, como escoadouro natural do Estado do Maranhão e área de influência, relativa a toda variedade de portos e mercados da Europa, Estados Unidos, Mercosul e até a Ásia, via Canal do Panamá, este pode oferecer vantagens rumo a custos logísticos competitivos, quando comparado a portos de outras regiões do País.

De fato, as atividades econômicas dominantes no Estado estão indubitavelmente ligadas à oferta de recursos naturais, mormente nas cadeias mínero-metalúrgica agropecuária, potencializadas pelas vantagens competitivas apresentadas pela malha multimodal de transporte de alta capacidade, com destaque para as excelentes condições portuárias do Complexo Portuário da Baía de Dão Marcos. Esses fatores são também responsáveis por uma rápida expansão das exportações do Estado, principalmente de minério de ferro, alumínio,

ferro gusa e soja em grãos, permitindo ao Maranhão ostentar hoje o maior saldo comercial entre os Estados do Nordeste.

Entretanto, ainda são muito incipientes as atividades que adicionam valor a esses produtos de exportação, que sofrem pouca ou quase nenhuma elaboração. Assim, essas condições descortinam naturalmente boas perspectivas de adensamento das respectivas cadeias produtivas. De fato, existem iniciativas no sentido de industrialização das principais matérias primas que trafegam pelo Estado, atividades cuja localização preferencial, em função da logística de seu escoamento, deverá ser no Maranhão.

A atividade agro-industrial pode beneficiar-se ainda das ótimas perspectivas para a fruticultura, a cadeia de base florestal e os produtos destinados à exploração do crescente interesse pelos produtos “griffe” Amazônia, incluindo-se a fabricação de cosméticos, fármacos e toda a cadeia da biotecnologia.

Não menos importantes são as perspectivas de desenvolvimento do turismo, vocação natural do Estado dada às atrações que a Natureza lhe reservou, adicionada ao expressivo patrimônio histórico-cultural, as possibilidades do ecoturismo, da pesca esportiva e do turismo de aventura.

2.3. Formação de mão-de-obra no contexto de uma política de desenvolvimento para o Maranhão

2.3.1 Análise Estratégica

Na visão estratégica para o Maranhão, utilizando-se a matriz SWOT, de Vantagens, Vulnerabilidades, Oportunidades e Ameaças, ferramenta de planejamento estratégico que se mostra extremamente útil na avaliação das melhores opções de investimento em uma determinada região, de acordo com o Sumário Executivo de Identificação de Oportunidades de Investimentos no Estado do Maranhão – GEPLAN, Rosemberg (2001).

Elementos Estratégicos

A elaboração de uma matriz SWOT para o Estado do Maranhão envolve os seguintes elementos estratégicos:

2.3.1.1 Matriz SWOT

A análise da matriz SWOT obtida permite a identificação integrada de nichos estratégicos de oportunidades, que atendem aos requisitos de desenvolvimento sustentável.

		Oportunidade					Ameaças				
		Mercados Externos	Mercados Locais e regionais	Portal de escoamento da produção	Interesse por Amazônia	Crescente preocupação ambiental	Sustentabilidade macroeconômica	Volatilidade dos mercados	Concorrência de corredores alternativos	Oferta insuficiente de energia	Meio ambiente
Vantagens	Base de recursos naturais										
	Localização privilegiada em relação aos centros de produção e mercados mundial e doméstico										
	Infra-estrutura articulada de transporte e logística multimodal										
	Investimentos estruturantes já instalados										
	Setor público estadual modernizado										
Vulnerabilidades	Baixa renda per capita e elevado grau de pobreza										
	Qualificação da mão-de-obra										
	Escassez de capital e tecnologia										
	Experiência empreendedora										
	Meio ambiente										

Fonte: Sumário Executivo de Identificação de Oportunidade de Investimentos no Estado do Maranhão – Gerência de Planejamento Econômico – GEPLAN – Consórcio Kingsley- Rosemberg. 2001.

Com base nessas projeções, destaca-se a **qualificação da mão-de-obra** como uma das variáveis de vulnerabilidade. Assim sendo, emerge a necessidade de elaboração de um Plano de Desenvolvimento voltado para a qualificação das ocupações demandadas e necessárias à melhoria da eficiência Industrial de São Luís-MA, de forma a contemplar os mercados locais, regionais e até externos no quadro de oportunidades apresentadas na matriz SWOT, devendo ser operacionalizado por um órgão oficial e específico de qualificação de mão-de-obra. Torna-se pertinente destacar um trabalho realizado no final de 1989 pela divisão de Planejamento e Avaliação do SENAI-MA, vinculado com o SENAI Nacional no projeto SENAI/BIRD, relacionado à “demanda de mão-de-obra e determinação de necessidades de formação profissional em Imperatriz-MA” em 75 indústrias extraídas do universo de 240, distribuídas em 16 ramos de atividades econômicas.

A pesquisa, voltada para a qualificação da mão-de-obra do Setor Industrial de Imperatriz-MA, projetou um plano de qualificação profissional para o quadriênio 1990/1993, direcionado para 107 ocupações relacionadas em 1.637 postos de trabalho distribuídos em 1.294, na produção, 165 na manutenção e 178 na administração.

O referido estudo disponibilizou ao Setor Industrial de Imperatriz-MA indicadores importantes e de forma integrada a outras variáveis como: visão socioeconômica do município; estrutura setorial e sub-setorial do emprego; características das ocupações; demanda de mão-de-obra e hipóteses de crescimento do emprego; demanda diferencial e demanda efetiva; situação da oferta e demanda de mão-de-obra; tipo de treinamento requerido pelos empresários e perspectivas das empresas ao SENAI. Tais variáveis são pertinentes diante da possibilidade de fixação de uma política de desenvolvimento econômico para o Maranhão, focalizado na qualificação da mão-de-obra.

Nesse contexto, o SENAI-MA continua sendo um agente importante nesse processo, cuja missão é “buscar atender a indústria maranhense por meio da educação

profissional, assessoria e informação técnica e tecnológica, garantindo a participação e a melhoria contínua do desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Maranhão”.

Dentro dessa perspectiva e considerando-se os resultados apresentados na pesquisa de campo realizada pelo autor no último trimestre de 2002 e primeiro semestre de 2003), sobre qualificação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico, objeto desta dissertação, (relatada no capítulo seguinte), estamos propondo algumas recomendações (no capítulo final) que deverão contribuir para a definição e implantação de políticas públicas que causem impacto positivo ao desenvolvimento econômico de São Luís-MA.

4 CONCLUSÕES

No presente trabalho, foi discutida a estreita relação entre formação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico, registrada na literatura pertinente a importância da primeira para o desenvolvimento dos Países. A nossa discussão foi desenvolvida em dois planos: numa perspectiva global, discutiu-se – com algumas ilustrações estatísticas – a relação consagrada na literatura. Noutra plano, trabalhou-se com a realidade da indústria maranhense – com base em dados secundários e em informações produzidas por pesquisa direta.

A literatura disponível sobre o tema em questão relata ter havido um desenvolvimento mais amplo quanto ao nível de exigência da qualificação da mão-de-obra. Num primeiro momento houve forte demanda de qualificação técnica como fator condicionante de eficiência industrial. Em seguida, esse nível de exigência estendeu-se além do conhecimento técnico, absorvendo habilidades no aspecto comportamental, focalizado num processo social mais amplo a nível de grupo, na busca de melhor rendimento no trabalho. Na era da economia globalizada o perfil da mão-de-obra qualificada demandasse não apenas habilidades técnicas e comportamentais, mas também preparo para atuar numa visão sistêmica e integrativa mais ampla, considerando-se os ambientes interno e externo (Ludwig, Tavistock, Chandler – 1960) e as tendências de mercado para que a força de trabalho torne-se uma variável competitiva no desenvolvimento econômico.

O tema **trabalho**, debatido atualmente no âmbito da globalização, sustenta-se sob fundamentos divergentes quanto à perspectiva do emprego, com interpretações contraditórias, que indicam tanto otimismo quanto pessimismo. Faz-se necessário refletir a respeito da repartição do trabalho no mundo diante do aprofundamento da liberalização comercial, da desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, bem como a reformulação no papel do Estado, da revolução tecnológica e das novas formas de organização da produção propiciadas pelas grandes corporações transacionais. Destacam-se também alguns elementos

para um entendimento mais amplo acerca das situações passada, atual e futura do trabalho no Brasil, considerando para efeito de análise dessa relação as três Divisões Internacionais do Trabalho, bem como uma nova Divisão que está sendo difundida por Wood (1994); Brown & Julius (1994); Pottier (1998).*

A qualidade dos postos de trabalho existentes tende a estar associada tanto ao desenvolvimento tecnológico e à organização do trabalho quanto as condicionalidades impostas pela regulação no mercado nacional de trabalho. A partir disso, o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.

Investimentos de longo prazo em qualificação de mão-de-obra, conforme argumentado no capítulo inicial, revelam que – numa amostra de mais de 60 Países – existe uma correlação positiva entre esses investimentos e o crescimento da produção por trabalhador, embora a velocidade desse crescimento dependa do ambiente interno e das circunstâncias históricas de cada País. Um País ou uma região que detém mão-de-obra Qualificada tende a tornar-se mais competitivo, refletindo favoravelmente no desenvolvimento Econômico.

No Brasil, o capitalismo foi um dos mais dinâmicos do mundo entre 1890 e 1980. Nota-se que até 1980 o Brasil conseguiu atingir um desempenho econômico acima da média mundial e bem acima da média dos Países centrais (Pochmann, 2001). Nos anos de 1950 a 1980, com o maior impulso à industrialização nacional, o País viveu um período de ouro, com taxa média anual de expansão da produção de 7%, embora a partir de 1981 a economia brasileira tenha sofrido uma profunda inflexão, com expansão média anual do produto de apenas 2,0% (1981-2002), ou seja, abaixo da média de crescimento da economia mundial.

* Op. cit p.34

Face à importância da educação profissional no Brasil para o seu desenvolvimento econômico, torna-se necessário um modelo de formação profissional mais consistente do que o atual ancorado em bases organizacional e financeira distintas operando com características diferenciadas e sem articulação. Maior consistência desse modelo de educação profissional envolveria a repactuação entre todos os segmentos que atuam com a formação profissional (Governo, Centros de Formação, Escolas Técnicas e Universidades), monitoração e observação dos atuais resultados e desafios da economia brasileira e o envolvimento dos setores empresariais e dos trabalhadores.

O Maranhão, mediante análise sócio-econômica realizada em capítulo anterior, apresenta-se como um dos Estados com maior desigualdade de renda, resultado de séculos de pobreza, exclusão social, ausência de capacitação gerencial, mão-de-obra qualificada e de **políticas públicas voltadas para desconcentração de renda e melhoria dos níveis de renda do trabalhador**. Quando comparado, no mesmo período, aos Estados de Alagoas, Sergipe, Ceará e Piauí em termos de valores das variáveis do PIB per capita, mortalidade infantil e renda familiar, os dados não são animadores.

No entanto, diante da perspectiva de formação de mão-de-obra produtiva como uma política de desenvolvimento econômico de São Luís-MA, foram apresentados indicadores favoráveis em que a economia maranhense apresentou na década de 90 em termos de: crescimento do PIB, aumento de exportação, queda de analfabetismo e aumento da alfabetização e educação básica, expansão de áreas residenciais com saneamento, elevação de renda média, dentre outros.

A pesquisa de campo realizada pelo autor no último semestre de 2002 e primeiro semestre de 2003, para dar maior sustentação empírica diante das teorias disponíveis sobre o tema em questão, fornece uma gama de informações importantes relacionadas à formação de mão-de-obra do Setor Industrial de São Luís-MA, com vistas a tornar o setor mais competitivo e interferir favoravelmente no desenvolvimento econômico.

Dentre as conclusões mais relevantes da Pesquisa de Campo – Setor Industrial – São Luís – MA destacam-se:

- Níveis de desempenho (técnico e comportamental) da mão-de-obra do Setor Industrial, aquém dos critérios de eficiência estabelecidos por cada empresa;

- Necessidade de melhoria de desempenho (técnico e comportamental) nas três áreas de trabalho do Setor Industrial de São Luís-MA, as quais são: Administrativa Financeira, Comercial e Produção;

- Níveis de escolaridade os quais o Setor Industrial de São Luís-MA considera necessário para atender os critérios de eficiência estabelecidos por cada empresa:

1º grau	7,75%
2º grau	36,95%
3º grau	18,75%
pós-graduação	9,00%
outros (não informaram)	27,55%

- Fraca capacidade competitiva em relação aos mercados Nacional e Internacional, sendo que apenas 6,36% do Setor Industrial (com destaque para os projetos Ferro Carajás e Consórcio Alumínio MA) está em condições de competir nacionalmente e no mundo globalizado. A nível local (São Luís-MA), 40,91% atende bem o mercado, porém sem condições de atender a nível nacional;

- Expansão de 70,91% do Setor Industrial nos últimos 10 anos ocasionado pelos fatores de aumento de demanda do mercado, região e crescimento econômico (18,18%), eficiência da tecnologia/equipamentos (15,45%) e melhoria da eficiência da mão-de-obra (36,48%);

- 94,55% dos entrevistados no Setor Industrial estão conscientes da importância da qualificação da mão-de-obra (em todas as áreas de trabalho já citadas) para o desenvolvimento econômico de São Luís-MA, com prioridade para a **qualificação técnica** (saber fazer, habilidades, experiências e conhecimentos) com programas específicos às

ocupações de cada um dos 22 (vinte e dois) ramos de atividades industriais pesquisados; e **comportamental** (como fazer, capacidade de interagir com pessoas e convergir em bons resultados), voltado para programas como liderança, empreendedorismo, integração de equipe, desenvolvimento de equipes para otimização de resultados (produtividade com eficiência), dentre outros.

Em suma, o trabalho chama a atenção para a necessidade de políticas públicas que potencializem os efeitos positivos da relação entre formação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico. Assim sendo, especificamos a seguir algumas recomendações consideradas pertinentes:

Sugestões de Políticas

a) Elaboração de um plano integrado de qualificação e desenvolvimento para a mão-de-obra produtiva do Setor Industrial de São Luís-MA, através de um órgão oficial do Estado, Município ou Governo Federal, porém de forma integrada com o SENAI-MA e demais instituições privadas desse segmento, definindo-se as competências e responsabilidades de cada um (Governo, SENAI-MA e demais Instituições);

b) Dimensionar o **plano de qualificação e desenvolvimento** com base nas necessidades de melhoria do nível de eficiência da mão-de-obra identificado na pesquisa de campo, considerando-se ainda, os aspectos de desempenho técnico e comportamental nas áreas administrativa financeira, comercial e produção;

c) Viabilizar linhas de crédito específicas para qualificação de mão-de-obra através de parcerias com os órgãos oficiais de concessão de crédito desses programas e adoção de políticas de incentivo às empresas privadas que investirem em capital humano;

d) Criar mecanismos de acompanhamento, medição e avaliação de resultados do plano integrado de qualificação e desenvolvimento junto às empresas do Setor Industrial que aderirem ao programa, estabelecendo-se comparativos com bons indicadores de desempenho

sócio-econômico do País e a divulgação dos mesmos nos meios de comunicação oficiais do setor.

Para finalizar, afirmamos esperar que nossa análise, focada no caso da indústria de São Luís-MA, possa ter contribuído para uma discussão relevante do tema “Qualificação da Mão-de-Obra e Desenvolvimento Econômico”.

APÊNDICE

APÊNDICE – A

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO &
 UNICEUMA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO
 MESTRADO EM ECONOMIA – COMÉRCIO EXTERIOR
 PESQUISADOR: ILMAR POLARY PEREIRA – contato (98) 232-0334 / 227-3801
 E-mail: ipolary@aol.com

ENTREVISTADOR (A): _____.

P E S Q U I S A D E C A M P O

1. OBJETIVO GERAL: Avaliar o nível qualitativo e quantitativo da Mão-de-Obra de determinados ramos de atividade do **Setor Industrial** de São Luís do Maranhão.

SR. EMPRESÁRIO/DIRIGENTE/ENTREVISTADO

Contamos com a sua colaboração na pesquisa, pois você e a sua empresa serão beneficiados com a publicação do relatório final com informações importantes para tomada de decisão dos negócios. Os nomes das empresas serão preservados e as informações coletadas serão trabalhadas em caráter de absoluto sigilo profissional.

Att.: Ilmar Polary
 CRA-MA 506

2. ALGUMAS DEFINIÇÕES PARA FACILITAR O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

2.1. Itens de Desempenho

AM – A MELHORAR (Desempenho aquém do parâmetro estabelecido)

B – BOM (Desempenho bom, mas requer aperfeiçoamento. Evidência de falhas)

MB – MUITO BOM (Desempenho de acordo com o parâmetro estabelecido)

E – EXCELENTE (Desempenho de acordo com o parâmetro estabelecido e com destaque. Além do esperado.)

2.2. Conceituações Básicas:

2.2.1 - Desempenho/Competência Técnica: concebemos como sendo nível de conhecimento cognitivo (saber fazer) e psicomotor (habilidades e experiências), que o executante da função possui para desempenhar as atividades do seu trabalho, cumprido os itens de tempo, quantidade e qualidade definida previamente para as funções.

2.2.2 - Desempenho Comportamental: definimos como a bagagem comportamental do executante da função acerca do seu autoconhecimento (ações e reações de si próprio) e a capacidade de percepção das ações, reações e atitudes das demais pessoas no seu ambiente de trabalho, de forma que ao constatar a manifestação dessas atitudes e/ou comportamentos, consegue convergir para obtenção de resultados.

2.2.3 - Mão-de-Obra Qualificada: Para efeito deste trabalho, entendemos que uma Mão-de-Obra Qualificada deve possuir a preparação técnica (saber fazer) e comportamental (como fazer no processo de interação humana) para desempenhar com eficiência atividades e funções inerentes à sua atuação pessoal-profissional, atendendo com eficácia os parâmetros de desempenho preestabelecidos.

2.2.4 -Crescimento/Desenvolvimento Econômico: aumento, ao longo do tempo, da produção per capita de bens materiais” (BARAN, **Acon. Pol. Desenv.**,p.47).

“Aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo (...) Desta forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um homem de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade”.(FURTADO Teor. E pol. Desenv. Econ, p.9).

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

Indústria _____ Ramo de Atividade _____
 Endereço _____ Fone(s) _____
 Pessoa de contato _____ Fonte de informação _____

DAS QUESTÕES PESQUISADAS

1º -Nº DE EMPREGADOS: _____

- 1.1 () De 1 a 50
 1.2 () De 51 a 150
 1.3 () De 151 a 500
 1.4 () Acima de 500

2º -DISTRIBUIÇÃO/LOTAÇÃO DO TOTAL DE EMPREGADOS POR FUNÇÕES EXERCIDAS:

2.1 – Área Administrativa/Financeira: _____ 2.3. Área de Produção: _____
 2.2 – Área Comercial: _____ 2.4 – Outros/Sócios: _____

TOTAL GERAL:

3º -NÍVEL DE INSTRUÇÃO NECESSÁRIA AO DESEMPENHO MUITO BOM:

- 3.1 – Área Administrativa/Financeira () 1º grau () mestrado
 () 2ª grau () Doutorado
 () 3º grau () PHD
 () Especialização
- 3.2 – Área Comercial () 1º grau () mestrado
 () 2ª grau () Doutorado
 () 3º grau () PHD
 () Especialização
- 3.3 – Área de Produção () 1º grau () mestrado
 () 2ª grau () Doutorado
 () 3º grau () PHD
 () Especialização
- 3.4 - Outras () 1º grau () mestrado
 () 2ª grau () Doutorado
 () 3º grau () PHD
 () Especialização

4º -NÍVEL DE EXPERIÊNCIA/VIVÊNCIA NECESSÁRIA AO DESEMPENHO MUITO BOM:

- 4.1 – Área Adm/Financeira () Sem experiência

- () 6 meses a 1 ano
 () 1 a 2 anos
 () 2 a 4 anos
 () acima de 4 anos
- 4.2 – Área Comercial () Sem experiência
 () 6 meses a 1 ano
 () 1 a 2 anos
 () 2 a 4 anos
 () acima de 4 anos
- 4.3 – Área de Produção () Sem experiência
 () 6 meses a 1 ano
 () 1 a 2 anos
 () 2 a 4 anos
 () acima de 4 anos
- 4.4 - Outras () Sem experiência
 () 6 meses a 1 ano
 () 1 a 2 anos
 () 2 a 4 anos
- () acima de 4 anos

5º -OUTROS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO DESEMPENHO MUITO BOM DE CADA ÁREA:

- 5.1 – Área Adm/Financeira () Conhecimentos específicos da função
 () Outros Idiomas () Inglês () Espanhol
 () Francês () outros
 () Relacionamento Interpessoal
 () Liderança
 () outros _____

- 5.2 – Área Comercial () Conhecimentos específicos da função
 () Outros Idiomas () Inglês () Espanhol
 () Francês () outros
 () Relacionamento Interpessoal
 () Liderança
 () outros _____

- 5.3 – Área de Produção () Conhecimentos específicos da função
 () Outros Idiomas () Inglês () Espanhol
 () Francês () outros
 () Relacionamento Interpessoal
 () Liderança
 () outros _____

- 5.4 - Outras () Conhecimentos específicos da função
 () Outros Idiomas () Inglês () Espanhol
 () Francês () outros
 () Relacionamento Interpessoal
 () Liderança
 () outros _____

9º - A EMPRESA PESQUISADA POSSUI MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA PARA ATENDER BEM O MERCADO E ENFRENTAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR EM SÃO LUIS-MA E OUTROS MERCADOS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL:

- 9.1 – () Atende bem o mercado, porém sem condições de competitividade em São Luís-MA.
 9.2 – () Não atende bem o mercado e sem condições de competitividade em São Luís-MA.
 9.3 – () Atende bem o mercado e em condições de competitividade em São Luís-MA, mas não a nível Nacional.
 9.4 – () Atende bem o mercado e preparada para competitividade em São Luís-MA e Nacionalmente, mas não Internacionalmente.
 9.5 – () Atende bem o mercado e preparada para competitividade Local, Nacional e Internacionalmente.

10º - A EMPRESA PESQUISADA ENCONTRA-SE NA SEGUINTE POSIÇÃO:

- 10.1 – () Se expandiu nos últimos 10 anos.
 10.2 – () Se retraiu nos últimos 10 anos.

11º - SE EXPANDIU, QUAIS AS POSSÍVEIS CAUSAS:

- 11.1 – () Aumento da demanda do mercado, região e/ou crescimento econômico.
 11.2 – () Tornou-se mais competitiva face à eficiência da tecnologia/equipamentos disponíveis.
 11.3 – () Tornou-se mais competitiva face à melhoria de eficiência da Mão-de-Obra nas Áreas e Níveis:
- | | |
|--|--|
| 11.3.1 – () Administrativa/Financeira | 15.3.1.1 – () Desempenho Técnico |
| | 15.3.1.2 – () Desempenho Comportamental |
| 11.3.2 – () Comercial | 15.3.2.1 – () Desempenho Técnico |
| | 15.3.2.2 – () Desempenho Comportamental |
| 11.3.3 – () Produção | 15.3.3.1 – () Desempenho Técnico |
| | 15.3.3.2 – () Desempenho Comportamental |
| 11.3.4 – () Todas as áreas | 15.3.4.1 – () Desempenho Técnico |
| | 15.3.4.2 – () Desempenho Comportamental |
- 11.4 – () A globalização da Economia facilitou a expansão.

12º - SE RETRAIU QUAIS AS POSSÍVEIS CAUSAS:

- 12.1 – () Retração da demanda de mercado, região e/ou crescimento econômico.
 12.2 – () Tornou-se menos competitiva por ausência/ineficiência de Tecnologia/Equipamentos disponíveis.
 12.3 – () Tornou-se menos competitiva por ausência/ineficiência da Mão-de-Obra qualificada nas Áreas e Níveis:
- | | |
|--|--|
| 12.3.1 – () Administrativa/Financeira | 12.3.1.1 – () Desempenho Técnico |
| | 12.3.1.2 – () Desempenho Comportamental |
| 12.3.2 – () Comercial | 12.3.2.1 – () Desempenho Técnico |
| | 12.3.2.2 – () Desempenho Comportamental |
| 12.3.3 – () Produção | 12.3.3.1 – () Desempenho Técnico |
| | 12.3.3.2 – () Desempenho Comportamental |
| 12.3.4 – () Todas as áreas | 12.3.4.1 – () Desempenho Técnico |
| | 12.3.4.2 – () Desempenho Comportamental |
- 12.4 – () A globalização da Economia inviabilizou o negócio.

13º - NA SUA OPINIÃO UMA MELHOR QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA CONTRIBUIRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SETOR INDUSTRIAL DE SÃO LUÍS-MA:

- | | | |
|-------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|
| 13.1 – () Sim. Nas áreas e níveis: | 13.1 – () Adm/Financeira | 13.1.1 – () Desempenho Técnico |
| | | 13.1.2 – () Desemp. Comportamental |
| | 13.2 – () Comercial | 13.2.1 – () Desempenho Técnico |
| | | 13.2.2 – () Desemp. Comportamental |
| | 13.3 – () Produção | 13.3.1 – () Desempenho Técnico |
| | | 13.3.2 – () Desemp. Comportamental |
| | 13.4 – () Todas as áreas | 13.4.1 – () Desempenho Técnico |
| | | 13.4.2 – () Desemp. Comportamental |

13.2 – () Não. Por que _____

14º - QUAIS OS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA MAIS NECESSARIOS ATUALMENTE PARA A MELHORIA DA EFICIÊNCIA E COMPETITIVIDADE DA EMPRESA:

14.1 – Na área Administrativa/Financeira

1.4.1.1 – () Desempenho Técnico

1.4.1.2 – () Desempenho Comportamental

14.2 – Na área Comercial

1.4.2.1 – () Desempenho Técnico

1.4.2.2 – () Desempenho Comportamental

14.3 – Na área de Produção

14.3.1 – () Desempenho Técnico

14.3.2 – () Desempenho Comportamental

15º - APRESENTE OUTRAS INFORMAÇÕES QUE CONSIDERA IMPORTANTE EM TERMOS DE QUALIFICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS da exclusão Social no Brasil. Vol. 2. São Paulo: 2002.

BALLS, Edward. et al. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1995. O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial.** Banco Mundial – Washington. D.C.

BLANCHARD, Oliver. **Macroeconomia.** Ed. Campus, 1999, 626 p.

BRYAN, N. **Educação e processo de trabalho.** Campinas, FÉ/UNICAMP, 1983.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 4 ed. São Paulo: McGraw-Hill Ltda. 1993. 922 p.

EATON, Curtos; EATON, Diane. **Microeconômica.** Ed. Saraiva, 1999, 606 p.

FIEMA. **Cadastro Industrial de São Luís-MA.** São Luís-MA: 2002.

FIEMA/SENAI. **Plano Estratégico 2000-2003.** São Luís-MA: 24 p.

FOGAÇA, A. 1997. **Educação Profissional no Brasil.** Campinas, CESIT/UNICAMP.

GALVÃO, A. J. Olimpio; BARROS, R. Alexandre; HIDALGO, B. Álvaro. **Comércio Internacional e o Mercosul: Impactos sobre o Nordeste Brasileiro.** Fortaleza: – ETENE,1997, 183 p.

GEPLAN-MA. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Itaqui e do Distrito de São Luís-DISAL.** São Luís-MA: 2001, 56 p.

GIL, C. Antonio. **Gestão de Pessoas.** São Paulo: Ed. Atlas, 2001, 307p.

GIL, Carlos Antonio. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias.** São Paulo-SP: Atlas, 2000, 217 p.

HOBSBAWM, E. **Da Revolução Industrial ao Imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense, 1978.

HEILBRONER, Robert L. **A formação da Sociedade Econômica,** Rio de Janeiro: Zahar, Editora 1964.

INSTITUTO BBRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística do Cadastro Central de Empresas.** São Luís – MA: 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil**. São Luís – MA: 1990, 104 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais** – 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais** – 2002.

KRUMAN, Paul, OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**. 4 ed. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora LTDA, 1999, 809 p.

LAKATOS, Eunice, MARCONI, Mariana. **Técnicas de Pesquisas**. São Paulo-SP: Atlas. 1982, 205 p.

LIMA, Maurício. **Revista Veja**. 27 de fevereiro de 2002, p. 28, 29 e 30.

MARTINS, Sílvio. **Jornal O Imparcial**. São Luís-MA: 23 de novembro de 2001.

MORRIS, R. & IRWIN, G. **Harper Encyclopedia of the Modern World**. New York, HR, 1970.

MOREIRA, Delmo. **Revista Época**. 18 de fevereiro de 2002, p. 34, 35 e 36.

OIT (vários anos) **Anuário de estadísticas del trabajo**. Ginebra.

_____, **Economically Active Population**. Ginebra.

_____, **El empleo en el mundo**. Ginebra.

_____, **World Employment Report**. Geneve.

POCHMANN, Marcelo. **O emprego na globalização**. São Paulo: Bom tempo Editorial, 2001, 151 p.

POLARY, Ilmar. **A Eficácia da Liderança Integrada**. 2 ed. São Luís-MA: Gráfica e Editora Belas Artes, 2000, 218 p.

POLARY, Ilmar. **Treinamento e sua importância nas Organizações**. São Luís-MA: Ed. Norte Sul, 1990, 59 p.

Relatório de Tendências Demográficas (IBGE). **Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2000**. Volume 9 – Maranhão.

ROESCH, A. M. Silvia. **Projetos de Estágios e de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo-SP: Atlas, 1999, 301 p.

SALM, C. & FOGAÇA, A. **Competitividade, educação e qualificação**. Relatório de pesquisa. Campinas: IE/UNICAMP, 1993.

SALM, C. **Escola e trabalho**. Campinas: IE/UNICAMP, 1980.

_____, **Educação e formação profissional**. Boletim de Conjuntura v. 17, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/ei.1997.

SENAI-DN. **Plano Estratégico** Sistema SENAI, 1996-2010. Rio de Janeiro: 1996, 32 p.

SENAI-MA. **Relatório Demanda de Mão-de-Obra e Determinação de Necessidades de Formação Profissional em Imperatriz-MA**. São Luís-MA, 1990, 77 p.